

ÍNDICE

Página

Apresentação.....

Thereza Maria Machado Quintella

Prefácio.....

Ricardo Bielschowsky

Introdução.....

Biografia.....

Desenvolvimento, Comissão Mista Brasil-Estados Unidos
e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.....

Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)

Energia Nuclear.....

Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Econômicos do
Ministério das Relações Exteriores e Ministro da Indústria
e do Comércio.....

Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC).....

Produção Acadêmica.....

Depoimentos de Contemporâneos.....

Notas.....

Bibliografia.....

APRESENTAÇÃO

Tenho muito prazer em poder oferecer aos leitores a biografia de uma das pessoas mais interessantes, cultas e retas que já conheci, o Embaixador Octavio Augusto Dias Carneiro, de quem tive o privilégio de ser oficial de gabinete, no início de minha carreira diplomática. Ele foi um dos primeiros profissionais brasileiros de diplomacia econômica, tendo tido papel fundamental no tratamento, no plano internacional, dos anos 1950 até a I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, de temas como: liberação do comércio, no âmbito do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio(GATT); energia nuclear, nas primeiras reuniões da Agência Internacional de Energia Atômica; cooperação para o desenvolvimento, no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e produtos de base , no seio da Comissão Consultiva Permanente sobre o Comércio Internacional de Produtos de Base (CCPCIPB/ONU).

. . Dias Carneiro estava muito bem preparado intelectualmente para um trabalho criativo nessas áreas, ele que foi o primeiro doutor em economia do Brasil, bem como o primeiro diplomata brasileiro a obter o grau de doutor. Tinha muito orgulho de sua universidade, o afamado *Massachussets*

Technological Institute – MIT, e consciência do seu saber. Por isso mesmo, só o vi mostrar impaciência e alguma irritação diante dos tolos que tomavam ares de importância e se mostravam presunçosos. Em geral, pelo contrário, era muito amável e sereno. A falta de conhecimento não o incomodava, estava sempre pronto a ajudar a saná-la mas a pretensão ao conhecimento sim. Valorizava o espírito, a inteligência e o saber, e não posição social, poder ou dinheiro.

Muito organizado, Dias Carneiro chegava cedo ao seu gabinete na Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos do Itamaraty, e já com vários expedientes prontos, impecavelmente datilografados por ele. Com o seu gosto pelo ensino, dedicava-me quase sempre alguns minutos matinais, para pacientemente explicar-me fatos econômicos nacionais ou internacionais. Com a mesma simplicidade e boa vontade, acolhia também outros jovens diplomatas que o procurassem, interessados em aprender economia internacional com ele. Impressionou-me a atenção que dispensava aos outros: andava sempre com uma caderneta preta no bolso, na qual anotava os pedidos de ajuda que recebia, muitos deles vindos de funcionários administrativos, contínuos e motoristas.. E procurava atender a todos.

Como servia ao país e não a si próprio, não se preocupou com a posteridade. Surpreendeu-me descobrir, quando se tratou da preparação deste

livro, que havia deixado muito poucos papéis. Ao contrário do que fazem muitos que produziram pouco, não guardou cópia dos documentos oficiais que redigiu. Como, por outro lado, a mudança para Brasília desorganizou os arquivos gerais do Itamaraty, sobretudo para o período 1960-1970, seus estudos, relatórios e memorandos se perderam ou encontram-se extraviados. Não foi possível à Teresa localizar, por exemplo, o relatório que ele apresentou sobre a VII sessão da CCPICPB, tão bom e completo que a Secretaria de Estado o tomou como base das instruções à delegação à VIII sessão daquela Comissão:

Deverá Vossa Senhoria orientar a atuação da Delegação do Brasil pelas diretrizes consubstanciadas no relatório da delegação brasileira à VII sessão da Comissão, o qual mereceu aprovação integral da Secretaria de Estado. Sendo a agenda da próxima sessão, em sua maior parte, composta de itens propostos pelo Brasil... e tendo sido a posição brasileira em relação aos mesmos exaustivamente examinados no referido relatório, não vê a Secretaria de Estado necessidade de instruções suplementares.

Também não foi possível localizar o relatório que escreveu sobre a Conferência do Cairo mencionada neste livro.

Doía-lhe o afastamento do serviço público trazido pelo golpe militar de 1964, o qual parece ainda mais injusto e absurdo quando se constata, na leitura da presente biografia, que os norte-americanos e a Escola Superior de Guerra não dispensaram os seus conhecimentos. Da última vez em que estivemos

juntos, poucos dias antes de seu embarque para a Bélgica, onde a morte, sempre tão próxima, o surpreendeu, falou-me com nostalgia do Itamaraty, ao qual sonhava voltar.

Octavio Augusto Dias Carneiro não pode ser esquecido, ele que foi um dos pioneiros da diplomacia econômica brasileira. Por outro lado, desejo também que este livro não permaneça sendo único mas inaugure uma coleção de biografias de homens que fizeram a história do Itamaraty e contribuíram para torná-lo a instituição respeitada e renomada que é.

.Prefácio

Ricardo Bielschowsky

Este livro comprova que estava faltando uma biografia do embaixador Octávio Dias Carneiro. E narra sua vida e obra com elegância e objetividade. Nas partes em que cabe, transmite também a emoção mais do que justificada da biógrafa, Teresa Dias Carneiro, filha caçula do embaixador, o que dá um sabor especial ao relato.

Tive o privilégio de conhecer pessoalmente vários destacados economistas cuja obra foi objeto de meus estudos sobre o pensamento econômico brasileiro dos anos 50 e 60, mas não Dias Carneiro, que minha geração não viu atuar porque ele faleceu à época em que estávamos entrando para a faculdade. Conheci-o indiretamente, por amizade com dois de seus filhos, Augusto e Teresa, que me transmitiram imenso orgulho do pai, e por alguns de seus textos. Mas foi principalmente agora, ao ler esta biografia redigida pela mão segura de Teresa, que me dei conta da importância da obra em seu conjunto.

A biografia mostra uma rica interação entre o intelectual e o profissional, própria de algumas figuras destacadas da vida pública brasileira, especialmente naquele período marcado pelo entusiasmo desenvolvimentista. Fica óbvio pela leitura do livro que Dias Carneiro distribuía minuciosamente seu tempo de trabalho entre os dois planos, e que estes foram se confundindo ao longo de sua vida, num movimento em que o conhecimento foi instrumento para a construção do desenvolvimento

nacional, e esta figurou como fonte de inspiração para a busca de avanços no plano intelectual.

De fato, a biografia permite constatar que isto se verificou nos muitos trabalhos que deixaram sua marca na construção do país: suas passagens pela prática concreta do planejamento econômico, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e, durante a execução do Plano de Metas, no Conselho de Desenvolvimento Econômico, foram cadenciadas por escritos sobre o tema; o trabalho pioneiro sobre a dimensão econômica da implantação de energia nuclear no Brasil foi ao mesmo tempo prático e conceitual; o extenso trabalho como negociador pelo Itamaraty em vários fóruns econômicos internacionais foi pontuado por textos que analisavam a complexidade dos elementos que estavam em jogo. A biografia não diz, mas não é difícil imaginar, que durante o governo João Goulart, como ministro da Indústria e do Comércio e como superintendente da SUMOC, Dias Carneiro deve ter redigido uma série consistente de informes e orientações internas ao governo que fortaleciam caminhos viáveis à superação da crise econômica de então.

Nos anos 50, no âmbito do desenvolvimento interno, participou das formulações pioneiras apresentadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e se tornou o economista de maior importância no país na área de energia nuclear. A seção da biografia dedicada ao tema da termoeletricidade nuclear mostra a prudência com que, já na época, Dias Carneiro examinava a fragilidade econômica relativa dessa forma de produção de energia elétrica no Brasil. Considerava, por um lado, que o Brasil deveria decidir soberanamente seu futuro no que se refere ao uso da energia atômica para

fins pacíficos, aí incluída a delicada questão do enriquecimento do urânio. Mas enfocava a questão com os devidos alertas sobre a necessidade de examinar cuidadosamente as desvantagens, do ponto de vista de custo, relativamente a energia hidráulica, abundante e barata no país.

Em meu trabalho sobre o pensamento econômico brasileiro caracterizei Dias Carneiro como “desenvolvimentista nacionalista”. O primeiro termo da expressão designa aqueles que, como ele, defendiam o processo de industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento, e o planejamento e outras formas de intervenção do Estado como fórmulas para conferir eficiência ao mesmo, entendido como problemático devido às especificidades encontradas nos países da periferia subdesenvolvida, como o Brasil. Já o termo “nacionalista” foi utilizado por mim para situá-lo na corrente de idéias que diferenciava pensadores como Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira e Celso Furtado de outros desenvolvimentistas, devido a questões como a construção e preservação, no país, dos centros de decisão sobre poupança e investimento, ou a interpretação heterodoxa dos fenômenos inflacionários e sua consequência prática em termos de busca de harmonia entre políticas monetárias e políticas de crescimento.

Teresa chama a atenção, no livro, para o fato de que minha caracterização teria de ser aperfeiçoada no caso de Dias Carneiro no que se refere a seu nacionalismo, e devo concordar com a biógrafa. Por um lado, é correto que assumira posturas nacionalistas em casos como o da energia nuclear, e no da preocupação com a rigidez com que monetaristas afinados com o FMI ignoravam a necessidade de buscar equilíbrio entre políticas anti-inflacionárias e de crescimento; por certo, a expressão caberia ainda em

função da dedicação com que negociava os interesses brasileiros nos fóruns internacionais dominados pelas nações ricas. Mas a denominação mereceria um reparo no ponto que durante algum tempo foi um dos divisores de águas no campo das definições ideológicas no Brasil: Dias Carneiro, tal como os demais membros da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, entre os quais Roberto Campos, estava convencido nos anos 50 de que o capital estrangeiro poderia dar uma contribuição importante ao processo de industrialização, e os nacionalistas eram céticos quanto à possibilidade. Nesse caso, o que tornaria Dias Carneiro mais próximo à posição nacionalista do que seus colegas seria a visão, manifestada anos depois, de que a remessa de lucros deveria ser objeto de controles, devido à fragilidade de nosso balanço de pagamentos.

Verificamos na biografia que Dias Carneiro alternou suas atenções ao longo da vida profissional entre trabalhos voltados à problemática do desenvolvimento interno e outros ligados a sua condição de diplomata e negociador pelo Brasil em fóruns internacionais. E verificamos também que, fundamentando a atuação nesses campos, e especialmente no segundo deles, Dias Carneiro tinha uma sofisticada percepção sobre a forma assimétrica como o Brasil e demais nações em desenvolvimento se inserem no comércio e nas finanças internacionais e se apresentam e negociam nos fóruns internacionais, relativamente às nações ricas.

Formulou teoricamente sua visão em tese de doutorado, defendida em 1951 em Harvard, intitulada *A Study on the Theory of International Economic Organization*. - cujo orientador, diga-se de passagem, foi nada menos que Charles Kindleberger, e co-orientador nada menos que Paul Samuelson. Daí

para a frente, o Itamaraty pôde contar com um refinado negociador em vários fóruns de grande importância para o Brasil. A tese, definida pelo autor como a busca de “um cálculo com ética”, transporta ao plano do comércio internacional a construção do modelo de bem estar baseado em Pareto, em que o equilíbrio numa economia se dá quando nenhum agente – no caso, nenhuma nação – pode ganhar (ou perder) sem que outro perca (ou ganhe). A parte abstrata da tese desenvolve um modelo matemático para o exercício sobre o equilíbrio da produção mundial e do comércio internacional que maximiza os ganhos para a comunidade internacional.

A biografia indica que a parte aplicada da tese traz duas contribuições complementares, que iriam preparar o terreno conceitual para a posterior atuação de Dias Carneiro como líder em negociações internacionais pelo Itamaraty. Primeiro, discute as dificuldades e contradições na relação entre, por um lado, o processo coletivo de tomada de decisão nos fóruns internacionais em favor de uma comunidade internacional mais solidária e coesa e, por outro, os princípios e ideologias que regem a organização social da produção em cada país, movida pelas idiossincrasias e interesses locais. Não é difícil imaginar que a inspiração tenha advindo da frustração com o veto norte-americano à criação da Organização Internacional do Comércio proposta na Carta de Havana, de 1948, cuja elaboração o jovem diplomata presenciou, na qualidade de secretário da delegação brasileira. Segundo, discute regras básicas que deveriam ser acordadas entre as nações de maneira a estabelecer uma convivência mais justa. O princípio é o de que são recorrentes as situações em que as nações mais desenvolvidas melhoram seu rendimento distanciando-se das condições de bem-estar das menos desenvolvidas. Sua posição era de que num mundo de profundas assimetrias

na produção, comércio e finanças internacionais, era necessário introduzir regras de compensação que permitissem contornar os desequilíbrios e as distorções por meio de um mecanismo de subsídios compensatórios entre nações.

Como não poderia deixar de ser, e o autor reconhece, a tese se situa num elevado nível de abstração, pouco aplicável na prática. No entanto, a noção central que a norteia estaria presente no trabalho posterior de Dias Carneiro : as nações ricas e pobres – centrais e periféricas, na definição da CEPAL - têm necessidades e capacidades muito diferenciadas, tanto no que se refere à condução do desenvolvimento interno como a sua inserção internacional por meio do comércio e das finanças. O leitor desta biografia poderá verificar que a visão esteve presente em todos os principais episódios da vida profissional do embaixador.

A biografia mostra a trajetória que alçou Dias Carneiro à condição de um dos grandes negociadores dos interesses brasileiros no âmbito das questões comerciais e financeiras internacionais da era de Bretton Woods e, pode-se talvez dizer, também à condição do principal formulador brasileiro dessas questões durante os anos 60, em termos conceituais. Mostra a trajetória que se inicia no imediato pós- guerra, com a participação na tentativa de criação de uma Organização Internacional do Comércio em Havana, e que prossegue nos anos 50, em suas missões junto ao GATT, nas quais irá insistir, em defesa dos países menos desenvolvidos, na importância de soluções multilaterais para a operação do comércio internacional. Prossegue, também, com o interesse pelas dificuldades brasileiras de colocação do café no mercado internacional, que seria o ponto de partida para uma destacada

liderança brasileira, exercida por meio dele, em negociações junto ao GATT e à ONU, com dois objetivos complementares. Primeiro, o de introduzir mecanismos que favorecessem maior estabilidade de preços para as matérias primas exportadas pelos países de menor desenvolvimento relativo, recorrentemente atingidos por bruscas oscilações na demanda e nos preços internacionais dos produtos primários; e, segundo, o de introduzir sistemáticas de financiamentos compensatórios para esses países, nos casos em que o balanço de pagamento dos mesmos fosse duramente atingido pela baixa de preços daqueles produtos.

Não por coincidência, Dias Carneiro chefiou, na primeira metade dos anos 60, as delegações brasileiras nas fóruns voltados à criação desses mecanismos, cuja arrancada se deu com a reunião no Cairo dos “países não alinhados”, núcleo de nações pouco depois estendido com a formação do “Grupo dos 77” e consolidado em 1964 por meio da criação da UNCTAD, sob a liderança de Raul Prebisch, o criador da teoria cepalina sobre o subdesenvolvimento na periferia. Nos anos subseqüentes, mesmo quando já se afastara de missões oficiais, por conta de suas discrepâncias com o governo militar, Dias Carneiro continuaria participando das atividades da UNCTAD que buscavam conceituar a formação de uma nova ordem financeira internacional, menos injusta com os países pobres, especializados na produção e exportação de matérias primas.

Faleceu muito cedo, aos 56 anos, num momento em que era, provavelmente, o mais destacado brasileiro na busca de uma arquitetura institucional e uma instrumentalidade que permitisse maior igualdade entre nações no que se refere à distribuição internacional dos frutos do progresso material mundial.

Esta biografia oferece um belo exemplo de inteligência e trabalho dedicados à construção nacional e à superação do subdesenvolvimento no mundo.

INTRODUÇÃO

Descobri, em Jacarepaguá, uma escola com o nome de Otávio Dias Carneiro. Espero que sua família abasteça as professoras da escola com informações sobre esse grande homem que, como nenhum outro, me mostrou o que é ser sábio. Conheci-o quando atuei como jornalista credenciado no Itamaraty. (...) Era a minha fonte predileta para quase todas as matérias que escrevia. Se caía o marco, telefonava para ele e ouvia uma aula sobre economia alemã. Se estourava uma revolução na África, me revelava tudo que havia atrás do movimento, identificando cada revolucionário. Sabia tudo sobre o desarmamento, economia do café, arquitetura, Renascimento, sabia tudo sobre tudo. A política de energia atômica adotada pelo Itamaraty, na década de 60, havia sido elaborada por ele (...)

Está faltando uma biografia de Otávio Dias Carneiro.

SÉRGIO
CABRAL

Aí está a biografia de Octávio Augusto Dias Carneiro que estava faltando. Por um convite que recebi, com muita satisfação e honra, da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, tive a oportunidade de tentar preencher essa lacuna. Sempre ouvimos o comentário de que o Brasil não tem memória, pois tanto esquecemos o nome do contraventor ou do assassino na manchete de jornal do dia anterior, quanto dos homens honestos e íntegros que ajudaram a construir a nossa identidade e a projetar uma imagem séria do nosso país no exterior. Pois Dias Carneiro foi um expoente deste grupo de homens honestos e íntegros, que merecem ser sempre lembrados.

Além da aguçada inteligência e da vasta cultura, a elegância e a discricção eram seus traços mais marcantes. Tinha vaidade; não essa mundana e fútil, mas vaidade intelectual, coisa tão saudável, mas tão *démodé* no mundo de hoje. Sabia-se culto e tinha orgulho disso. Não era homem de muitas palavras, mas quando engatava numa explicação de um assunto que o interessasse, tornava-se eloqüente e o tempo deixava de existir. Antes de servir a uma instituição ou a um Governo, Dias Carneiro serviu ao Brasil, com responsabilidade e retidão em todos os cargos que ocupou. Era extremamente organizado, o que lhe possibilitou desempenhar tantas funções e ocupar

tantos cargos, sem nunca se descuidar de seus estudos, de seus afazeres profissionais e de sua família. Gostava de definições incisivas, de filosofia, de literatura, de artes, mas também foi um técnico com profundo conhecimento de economia, econometria, matemática e física. Enfim, foi um humanista na mais larga acepção do termo, com profunda inquietação e curiosidade intelectual pelos assuntos mais diversos. Era generalista e especialista, ao mesmo tempo. Um homem, como poucos, que soube aliar a sensibilidade e a técnica, em prol da realização de uma atuação profissional competente e do estar no mundo com plena consciência. Apesar de valorizar o recolhimento, nunca se furtou a ocupar um cargo público ou acadêmico, quando era solicitado a fazê-lo, apesar das dificuldades impostas por sua saúde frágil.

Convido os leitores a, nas páginas seguintes, conhecer melhor e com mais detalhes esse homem extraordinário, de quem tenho imenso orgulho de ser filha. Agradeço o carinho e atenção dos que me receberam para entrevistas e me ajudaram a recolher material para a pesquisa, em especial, Antonio Dias Leite, Donatello Grieco, Helio Jaguaribe, Jayme Magrassi de Sá, João Paulo de Almeida Magalhães, Joaquim Ferreira Mângia, Marcilio Marques Moreira, Mario Gibson Barboza, Oscar Lourenzo Fernandes,

Thereza Maria Machado Quintella e os funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro e em Brasília.

BIOGRAFIA

Octávio Augusto Dias Carneiro nasceu no Rio de Janeiro, em casa, à Rua das Laranjeiras nº 518, em 11 de julho de 1912, ao meio-dia. Foi filho único de Julia Luiza de Souza e Silva Dias Carneiro, mulher independente e avançada para o seu tempo, e do oficial de Marinha Octávio Dias Carneiro, homem calado, que passava a maior parte do tempo viajando. Eram avós, pelo lado materno, Isabel Salgado de Souza e Silva e Bartolomeu Francisco de Souza e Silva (filho do Barão de Santa Cruz) e, pelo lado paterno, Ernestina Isabel Dias Carneiro e Pedro Dias Carneiro. A família Dias Carneiro é natural do Maranhão, mas, pelo que se sabe, tem sua origem num holandês cristão-novo que se teria instalado em Pernambuco no séc. XVII, quando da invasão holandesa, e fugido para o interior do Maranhão após a expulsão dos holandeses do litoral nordestino pelos portugueses, já casado com uma brasileira, com quem teve muitos filhos. Dias Carneiro, por toda a vida, orgulhou-se de suas raízes maranhenses. O Estado do Maranhão sofreu grande influência da cultura francesa, em resultado da tentativa pelos franceses de ocupação de seu território, em 1612. Essa influência até hoje se faz sentir. Ser de família maranhense combinava perfeitamente com Dias

Carneiro, tão brasileiro, mas, ao mesmo tempo, tão influenciado pela cultura francesa.

O francês era o idioma que conhecia mais profundamente - falava inglês também muito bem, tinha um espanhol básico e conhecia bem o alemão, sobretudo escrito. O contato com a língua francesa surgiu cedo em sua vida. Devido ao fato de sua mãe haver nascido em Paris e falar bem o idioma, foi em casa que começou a aprender a língua. A formação acadêmica de Octávio Augusto, conhecido por seus colegas e amigos como Dias Carneiro ou, simplesmente, Carneiro, começou formalmente em 1922 no *Lycée Français* do Rio de Janeiro (hoje Liceu Franco-Brasileiro), localizado à Rua das Laranjeiras 13-15, próximo de onde morava, à Rua Conde de Baependi, após uma breve passagem por um colégio na Rua Soares Cabral, de onde saíra por motivos disciplinares. Formou-se na primeira turma formada pelo colégio, em 1929, ao completar o 5º ano do curso seriado. Na época, o colégio tinha cerca de 30 alunos matriculados, de várias procedências (brasileiros e estrangeiros), e dava todas as aulas em francês. A turma que se formou com Dias Carneiro em 1929 tinha oito alunos. Além dele, Alexandre Arthur Vieira Lobo, Carlos Eduardo Soares de Moura, Carlos Dagoberto de Araújo Lima, Francisco Noronha, Leopoldo Miguez de Mello, Manoel Álvaro Lopes da

Cruz e Sylvio Mascarenhas Werneck (com idades entre 16 e 18 anos), prestando exames finais em História Natural, Química, Física, Instrução Moral e Cívica, Latim, Cosmografia, Filosofia, Português e Francês. Dias Carneiro obteve distinção em Cosmografia, tirando grau 10. As outras matérias em que costumava tirar excelentes notas eram Filosofia e Português. Filho único introspectivo e solitário, era muito apegado à sua ama-de-leite e babá. O ingresso no Liceu proporcionou-lhe a oportunidade de fazer grandes amizades, sendo que algumas delas o acompanharam por toda a vida.

Por influência de seu pai, antes mesmo de terminar o colégio já havia decidido seguir carreira na Marinha. Após concluir seus estudos no Liceu aos 17 anos, inscreveu-se, então, na Escola Naval. Foi aspirante a guarda-marinha de abril de 1930 a junho de 1934, quando teve que se afastar por problemas cardíacos, registrados nessa época. A cardiopatia foi seqüela de malária, contraída em uma viagem de instrução à Amazônia. Antes da doença, no entanto, foi atleta, tendo sido campeão carioca de natação em 1930 e 1931, defendendo as cores da Escola Naval. Foi reformado logo após sua formatura, por motivo de doença.

Vendo suas aspirações a se tornar oficial de Marinha caírem por terra, decidiu dedicar-se ao

estudo das Belas-Artes. Coursou a graduação em Belas-Artes na antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, de 1934 a 1935. Abandonou o curso sem se formar, porque seu término lhe havia sido condicionado ao ingresso no Movimento Integralista, o que se recusou a fazer.

Em seguida, viajou para Paris, para estudar na Escola Nacional Superior de Belas-Artes da Universidade de Paris, lá permanecendo de 1936 a 1939. Sua tese de Mestrado, nunca defendida, pretendia provar que o gótico inglês não era original, mas havia sido trazido através da Sicília, por navios mercantes, e não pela Normandia. Graduou-se em 1938, mas abandonou o curso de Mestrado em 1939, devido a doença fatal de seu pai, então capitão de fragata, no Rio de Janeiro. Os desenhos de Dias Carneiro, que amparavam sua tese, encontram-se hoje no Museu Britânico e constituem o único acervo compreensivo das catedrais inglesas que foram destruídas durante a Segunda Guerra Mundial.

Retornando ao Brasil, estudou alemão por conta própria entre 1939 e 1940 e freqüentava, ao mesmo tempo, um curso preparatório, no Centro, para o concurso direto do Ministério das Relações Exteriores. Ingressou na carreira diplomática em 1940, após aprovação no concurso em 7º lugar entre 20 aprovados (inicialmente eram 89, reduzidos após

provas de seleção), com o título de cônsul de 3ª classe, permanecendo na Secretaria de Estado de outubro de 1940 a janeiro de 1944 e sendo removido para Los Angeles em 24 de janeiro de 1944, onde se encarregou do Consulado de fevereiro de 1944 a dezembro de 1945. Em 1942, com um pouco mais de um ano de ingresso na carreira diplomática, elaborara, por conta própria e sem prejuízo de suas funções, o "Projeto de Consolidação" de leis, decretos e decisões referentes à organização de serviços dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores, pelo qual recebera muitos elogios do Chefe da Comissão de Eficiência como sendo "um trabalho longo, inteligente e pacientemente organizado, de real utilidade para o Ministério das Relações Exteriores e que muito recomenda o nome do autor" e uma gratificação especial. No mesmo ano de 1942, recebeu pontuação máxima e os seguintes comentários elogiosos do ministro Mario Savard de Saint-Brisson Marques, no processo de confirmação dos funcionários da Classe "J": "Funcionário excelente. Disciplinado, operoso, assíduo, metódico e inteligente. É um dos melhores da sua turma que, por sua vez, demonstrou já ter sido uma das mais homogêneas dos últimos concursos. Merece ser confirmado". Na mesma data, o ministro Carlos Alves de Sousa Filho também confere a Dias Carneiro pontuação máxima, observando o que

segue: "Conferi as ponderações máximas ao cônsul Octavio Dias Carneiro, porque se trata realmente de um funcionário exemplar, que tem demonstrado, no exercício de seu cargo, grande capacidade intelectual e notáveis qualidades de discussão, assiduidade e dedicação ao serviço público".¹

Em 12 de janeiro de 1944, casara-se com Lilian Reis Radcliffe, descendente de ingleses e espanhóis e sua vizinha em Laranjeiras, que passou a se assinar Lilian Dias Carneiro. Viajaram logo após o casamento, para que Dias Carneiro pudesse assumir seu posto em Los Angeles (o cônsul era o 1º secretário Raul Bopp), no qual permaneceu de fevereiro de 1944 a abril de 1946. Nessa época, conheceu o escritor gaúcho Érico Veríssimo, que estava fazendo uma viagem com a família aos Estados Unidos, proferindo palestras de divulgação da cultura brasileira, parte da política de boa vizinhança instaurada pelos Governos dos dois países. Em *A volta do gato preto*, Veríssimo menciona um dos momentos em que estiveram juntos, quando da visita do maestro Villa-Lobos a Los Angeles, e a impressão que lhe causou o diplomata:

À noite no Women's Club ofereceram um jantar ao maestro, que, com sua senhora, fica sentado à mesa principal, junto do representante do Prefeito, de Raul Bopp, e do vice-cônsul do Brasil - Otávio Dias Carneiro, um homem inteligente e culto que realiza o prodígio de ler

filósofos alemães neste ambiente ensolarado da Califórnia.²

Nessa passagem, Veríssimo menciona uma das paixões de Dias Carneiro: a filosofia, principalmente a francesa e a alemã. Durante toda a vida, interessou-se em ler no original não só os clássicos, como também autores contemporâneos, sempre com a preocupação em divulgar as idéias deles a seus amigos e colegas brasileiros.

Em dezembro de 1945, foi promovido por merecimento a cônsul de 2ª classe, quando ainda servia em Los Angeles, e, em abril de 1946, foi removido para Washington, como 2º secretário da Embaixada, cargo que ocupou até julho de 1951. Durante esse período, foi representante do Brasil no *International Emergency Food Council*, em Washington, em 1945-46, e Secretário da delegação do Brasil à Conferência Internacional sobre Comércio e Emprego (CICE), em Havana, em novembro de 1947. Esse período vivido em Washington foi dos mais profícuos, dada a convivência com o embaixador Carlos Martins Pereira e Souza, homem inteligente e refinado, a esposa do embaixador, escultora renomada, e seus jovens colegas, numa Embaixada freqüentada por artistas e políticos, alguns posteriormente famosos, como Harry Truman. O embaixador Mario Gibson Barboza lembra com

saudade dessa época, em seu livro de memórias *Na diplomacia, o traço todo da vida*:

Sem vir ao Brasil, mas, na Embaixada em Washington, para onde fui removido após apenas cinco meses de Houston, intensamente voltado para o nosso país através do trabalho, das missões freqüentes do nosso governo e do convívio com os colegas: Henrique Valle, Jorge de Carvalho e Silva, Antônio Castello Branco, Roberto Campos, Carlos Calero, Octávio Dias Carneiro. Deste último recebi a revelação do existencialismo de Heidegger, do *Bhagavad-Gita*, dos upanishadas. Dias Carneiro, que depois se tornou um dos nossos maiores economistas, era um humanista, dedicado especialmente à filosofia. (...)

Éramos todos gênios e irreverentes, ainda que disciplinados. Depois, com o tempo, verificamos que não éramos assim tão geniais, nem os mais velhos tão pobres de espírito como pensávamos; muito pelo contrário, às vezes...³

Enquanto permaneceu na Embaixada do Brasil em Washington, Dias Carneiro licenciou-se (grau de *Master of Arts*) em economia política pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (*Columbian College*) da Universidade George Washington, em fevereiro de 1949. Sua tese foi dedicada ao embaixador Carlos Martins, que muito compreensivamente facilitara seus estudos, liberando-o de cumprir horários rígidos. Depois, solicitou, e obteve, o afastamento da Embaixada em Washington, entre setembro de 1949 e maio de 1951, para cursar o doutorado em economia política no Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT), em

Cambridge, recebendo bolsa de estudos da *Goodyear*. Para obter tal afastamento, Dias Carneiro propôs-se a receber remuneração equivalente ao exercício de função na Secretaria de Estado e não mais ao posto de secretário de Embaixada. Durante esse período, em 30 de outubro de 1950, nasceu seu primeiro filho, Augusto Leopoldo, em Boston. Essa criança foi recebida com imensa alegria pelos pais, que há quase seis anos tentavam, sem sucesso, ter o primeiro filho.

Em maio de 1951, doutorou-se pelo Departamento de Economia e Engenharia do MIT. O título de sua tese foi *A study on the theory of international economic organization*. Foi seu orientador o Professor Charles P. Kindleberger e seu co-orientador o Professor Paul Samuelson. Dias Carneiro foi o primeiro Ph.D. em economia brasileiro. Após a defesa da tese, retornou ao Brasil, onde serviu entre julho de 1951 e setembro de 1953 na Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Nesse período, foi professor de tratados e política econômica do Brasil do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco; representante do Itamaraty na Comissão Mista Brasil-França, encarregada de acompanhar e facilitar a execução do Ajuste Comercial entre os dois países, em outubro de 1951; 1º examinador da banca de

tratados e política econômica do Brasil, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco, em novembro de 1951; designado para membro da Comissão de revisão do Programa de Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, do Instituto Rio Branco, em fevereiro de 1952; Professor de tratados e política econômica do Brasil do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, do Instituto Rio Branco, em março de 1952; professor de política econômica do 2º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em março de 1952; 1º examinador da banca de tratados e política econômica do Brasil, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco, em julho de 1952; membro da comissão julgadora do concurso para professor catedrático de estrutura das organizações econômicas da então Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, em julho de 1952; 1º examinador da banca de política econômica do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em agosto de 1952; 2º examinador da banca de economia política do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em setembro de 1952 e assessor da delegação do Brasil à VII Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em outubro de 1952. Segundo um de seus alunos de economia política

do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, dado em 1953, o embaixador Marcilio Marques Moreira, Dias Carneiro era um professor extremamente exigente e organizado, que se interessava e se empenhava pelos alunos, desde que visse neles interesse e vivacidade em aprender. Tinha grande capacidade de síntese e objetividade, o que transparece em suas apostilas, verdadeiros primores no equilíbrio entre profundidade e clareza.

Foi posto à disposição do recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em janeiro de 1952, para trabalhar na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, cujo Relatório Final, do qual foi um dos principais redatores, seria divulgado em 1954. Chefiou o Departamento Econômico do BNDE de janeiro a julho de 1953, retornando depois ao Itamaraty, por insistência do Ministro das Relações Exteriores, Vicente Ráo.

Em julho de 1953, foi removido para Londres, sendo promovido a 1º secretário, por antiguidade, em dezembro de 1953. Retornou ao Brasil em julho de 1956 por convite do recém-eleito Presidente Juscelino Kubitschek, para ajudar a elaborar o Programa de Metas do Conselho do Desenvolvimento Econômico da Presidência da República. Alguns meses antes, em 08 de fevereiro de 1956, havia nascido em Londres sua filha Isabel. Durante o período de sua

estada em Londres, foi delegado do Brasil à IX Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), realizada em Genebra em outubro de 1954; chefe provisório da delegação brasileira à IX Sessão do GATT, em dezembro de 1954; delegado do Brasil à Conferência Internacional do Trigo, em Genebra, em outubro de 1955 e membro da delegação brasileira à X Sessão do GATT, em Genebra, em 1955.

Em 1954, enquanto no posto em Londres, escrevera um trabalho sobre café e economia cafeeira mundial que foi louvado e publicado na Revista do Conselho Nacional de Economia em três números consecutivos, em 1959. A monografia chamava-se *Apontamentos para o estudo da concorrência africana ao café brasileiro* e tinha o objetivo de explicar o decréscimo da participação do Brasil no comércio internacional cafeeiro, devido à maior concorrência principalmente dos países africanos. Na década de 50, a nossa quota do consumo mundial de café tinha decrescido de 75 para 43% e essa situação era preocupante para o Brasil.

Em fevereiro de 1956 o Itamaraty, que o promoveria a ministro de 2ª classe em novembro daquele mesmo ano, chamou-o de volta ao Brasil. Nessa época, tentou-se, mais uma vez, conduzir negociações que pudessem levar o Brasil a conseguir

enriquecer urânio em seu território. A recomendação de Dias Carneiro nesse sentido, feita formalmente, acabou sendo esquecida.

Em março de 1956, fora criado o Conselho do Desenvolvimento Econômico da Presidência da República, e Dias Carneiro foi convidado pelo chefe da Casa Civil, Álvaro Lins, a integrar a equipe de técnicos do novo órgão. O então ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares colocou o 1º secretário Octávio Dias Carneiro mais uma vez à disposição do Governo. Em março de 1957, o secretário-geral do Conselho do Desenvolvimento Econômico, Décio de Moura, pediu uma prorrogação de um ano do afastamento do diplomata do Ministério das Relações Exteriores para continuar a servir àquele Conselho.

Em janeiro de 1958, Dias Carneiro foi convidado a transferir-se para a Comissão Nacional de Energia Nuclear. O pedido de autorização ao então Presidente da República, Juscelino Kubitschek, pelo ministro das Relações Exteriores, Francisco Negrão de Lima, só se deu em janeiro de 1959. Dias Carneiro foi também membro do Conselho Nacional de Petróleo, de 1958 a 1961.

Em 1959, o Brasil havia sido eleito, com expressiva votação, para a Comissão Consultiva Permanente sobre o Comércio Internacional de

Produtos de Base (CCPCIPB), para a Comissão de Estatística e para a Comissão Social, na XXVII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Para a CCPCIPB, o Brasil havia sido eleito por unanimidade. Em março daquele ano, Dias Carneiro chefiou a delegação do Brasil à VII Sessão da CCPCIPB. Nessa reunião, realizada em Nova York, a delegação do Brasil perseguiu o objetivo de buscar a limitação da amplitude das flutuações de preços e quantidades dos produtos primários no mercado internacional; a estabilização, a longo prazo, do poder aquisitivo da receita das exportações dos países essencialmente produtores de bens primários e a conclusão de acordos multilaterais ou de entendimentos menos formais sobre produtos de base específicos, concordando com o método de exame de produto por produto. Dessa VII Sessão da CCPCIPB resultou, em grande parte graças aos esforços da delegação brasileira, um programa de trabalho sério e objetivo, que foi aprovado pelo ECOSOC em sua XXVIII Sessão. Dias Carneiro foi convidado a chefiar de novo a delegação do Brasil à VIII Sessão da CCPCIPB, em maio de 1960.

Em 1960, a Assembléia Geral das Nações Unidas emitiu a Resolução 1.423, solicitando ao Secretário-Geral a constituição de um grupo de técnicos com a finalidade de estudar a possibilidade de se criar um

mecanismo de financiamento compensatório, com a função de neutralizar as conseqüências negativas das grandes flutuações dos preços dos produtos de base, no mercado internacional, sobre a balança de pagamentos dos países subdesenvolvidos. A idéia contida na Resolução referia-se estreitamente à tese defendida pelo Brasil na ONU, e sobretudo na CCPCIPB, no sentido de que a solução definitiva só poderia ser encontrada em um mecanismo único que conjugasse o movimento internacional de capitais com flutuações no mercado de produtos de base. Na VIII Sessão da CCPCIPB, o ponto de vista da delegação brasileira, chefiada por Dias Carneiro, foi em parte apoiado pelas delegações de alguns países industrializados - que a ele se haviam oposto continuamente no passado -, ao admitirem a possibilidade de considerarem o assunto, pelo menos em caráter de estudo preliminar.

Dias Carneiro foi eleito por unanimidade para ocupar o cargo de presidente da CCPCIPB no período 1961/1962. A IX Sessão da CCPCIPB, realizada em Nova York, em maio de 1961, revelou-se uma continuação da VIII Sessão e tratou do problema da compensação financeira das variações de receita de exportação de produtos de base e do estabelecimento de um mecanismo de financiamento compensatório para neutralizar as resultantes negativas das grandes

flutuações dos preços dos produtos de base, no mercado internacional, sobre a balança de pagamentos dos países em desenvolvimento. Os esforços de Dias Carneiro para dar continuidade às questões relativas à exportação dos produtos primários pelos países subdesenvolvidos, nas VII, VIII e IX Sessões da CCPCIPB consubstanciaram-se na discussão de um relatório de peritos referente ao impacto das medidas propostas nas perspectivas de curto e longo prazos dos mercados de produtos de base, levando-se também em consideração o problema da automaticidade e do reembolso no sistema de financiamento dos eventuais mecanismos compensatórios, assim como a posição do Fundo Monetário Internacional, no estabelecimento dos mecanismos sugeridos.]

Sua atuação em conferências sobre produtos de base foi a que teve mais continuidade, pois foi chefe da delegação do Brasil à CCPCIPB em 1959, 1960, 1961, 1962 e 1963, presidente daquela Comissão, de 1961 a 1964, e chefe da delegação do Brasil às Sessões da Comissão de Produtos de Base da FAO, em 1959 e 1962.

Dias Carneiro ocupou o cargo de secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos do Itamaraty de outubro de 1961 a setembro de 1962, tendo papel importante na discussão de formas de incrementar o comércio do Brasil com os países socialistas e as

exportações de café. Em março de 1961, fora membro da Missão Moreira Salles, enviada aos Estados Unidos para negociar empréstimos com o Governo norte-americano e com o Fundo Monetário Internacional. Fora também delegado do Brasil à XXXII Sessão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em Genebra, em julho de 1961, e eleito membro tanto do Conselho Consultivo da Companhia Nacional de Álcalis, naquele mesmo mês, como do Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Planejamento, em agosto de 1961. Em novembro de 1961, foi subchefe da delegação Brasileira à XIX Sessão do GATT, em Genebra.

Sua promoção a embaixador (ministro de 1ª classe) ocorrera, por merecimento, em outubro de 1961, quando ocupava as funções de chefe de gabinete do primeiro ministro da Indústria e Comércio, Arthur Bernardes Filho, e presidente da Comissão de Organização do Ministério da Indústria e Comércio. Foi ministro da Indústria e Comércio interino em agosto de 1961.

Em 02 de março de 1962, nasceu sua filha Teresa, no Rio de Janeiro.

No governo parlamentarista de João Goulart, foi ministro da Indústria e Comércio, de setembro de 1962 a janeiro de 1963.

Depois do plebiscito que restabeleceu o regime presidencialista, João Goulart nomeou o embaixador Dias Carneiro diretor executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), órgão precursor do Banco Central, onde ele permaneceu até maio de 1964. Ele participou, portanto, da equipe dos ministros da Fazenda San Thiago Dantas e Carvalho Pinto.

Em março de 1964, foi convidado a tomar parte no Conselho Técnico e Científico da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Antes, ele já havia chefiado a delegação brasileira à II e à III Conferências da Agência Internacional de Energia Atômica em Viena, em setembro de 1958 e de setembro a outubro de 1959, respectivamente, e à I Reunião Interamericana de Energia Nuclear, em Washington, em junho de 1959, e fora Governador Adjunto pelo Brasil na Agência Internacional de Energia Atômica. Nesse período de 1958/1959, o Brasil ocupou a presidência da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica e participou com destaque dos trabalhos da III Conferência Geral. Na época, o Brasil era considerado pela Junta de Governadores como o país mais avançado da América Latina em matéria de energia atômica, ocupando esse lugar desde o início das atividades da Agência, em 1957. Dias Carneiro participou dos entendimentos havidos em 1959 entre o Governo brasileiro e a Comunidade

Européia de Energia Atômica (EURATOM), com vistas à celebração de um acordo de cooperação nuclear, e participou também de duas missões à Argentina e ao Paraguai, para visitar as instalações nucleares argentinas e para um curso de rádio isótopos em Assunção. O destaque que o Brasil teve no campo na energia nuclear no final da década de 50 e início da década de 1960 deveu-se em grande parte aos esforços de Dias Carneiro e ao conhecimento acumulado por ele nessa matéria.

Dias Carneiro também foi chefe de várias delegações brasileiras a reuniões na Organização dos Estados Americanos (OEA). Em outubro de 1964, foi contratado pela ONU, a fim de participar de dois comitês ligados à *United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD: o Comitê de Assuntos Monetários e o Comitê Especial sobre procedimentos de votação e conciliação. Esse contrato foi prorrogado em dezembro de 1964.

O embaixador encontrava-se em Genebra, para a reunião de fundação da UNCTAD, quando houve o golpe militar de março de 1964. Seu posicionamento diante dos acontecimentos da época foi considerado exemplar por Helio Jaguaribe, que exprimiu a seguinte opinião em entrevista que me concedeu, em 18/08/2004:

Ele se deu logo conta de que o Golpe de 64 ia ser extremamente perigoso. Tinha características claramente

reacionárias, de direita, e que seria, embora não fosse esse o objetivo de um homem como o Castelo Branco, que era um brasileiro bem intencionado, um incremento da nossa dependência relativamente aos EUA. Então, diante dessa situação. Dias Carneiro, muito realisticamente, formou a seguinte posição: "Vamos adotar aqui na nossa delegação a seguinte posição: nós, diplomatas, somos servidores do Estado, e, portanto, não nos cabe discutir, como diplomatas, o Governo que esteja comandando o país. Se os militares assumirem esse Governo, temos, como diplomatas, de servir a esse Governo. Por outro lado, como cidadãos que temos convicção do que é o interesse nacional, vamos preservar na nossa conduta tudo aquilo que for importante para o interesse nacional, sem contestar o Governo, porque não temos condições de fazê-lo. O Governo é a situação de fato, nós somos servidores do Estado, portanto, estamos à disposição do Governo de turno, apenas vamos "modalizar" a nossa atuação em função dos interesses nacionais, evitando, na medida do possível, tudo que lhe for contrário". Era essa a posição sábia, é evidente. Contra ela se insurgiu o Embaixador Jayme Rodrigues. O Jayme Rodrigues era uma excelente pessoa, um homem de muito boa qualidade, que estava como número 2 na delegação do Octávio. O Jayme, muito impulsivo, disse que não, que pedia que desculpasse, mas que ele pessoalmente, independentemente do que o próprio Dias Carneiro fizesse, se sentia na obrigação de registrar um protesto total contra esse golpe e que não se submeteria a ser instrumento do gorilismo. O Dias Carneiro tentou dissuadi-lo, mas ele resistiu às pressões ditadas pela razoabilidade e pela amizade do Dias Carneiro e mandou um telegrama desaforado, dizendo que não estava preparado para receber ordens de gorilas e tal, uma coisa assim da maior veemência.⁴

A versão dos fatos por Roberto Campos em seu livro *A lanterna na popa* não é a mesma sobre o posicionamento de Dias Carneiro quanto ao telegrama do Embaixador Jayme Rodrigues. Segundo ele:

Dias Carneiro, então diretor executivo da SUMOC, substituíra na chefia da delegação o ministro do Exterior Araújo Castro, quando este voltou ao Brasil pouco depois de iniciada a reunião. O subchefe da delegação, representando o Itamaraty, era Jayme Azevedo Rodrigues, diplomata brilhante, cronicamente sequioso de certezas radicais, pois transitara do integralismo, em prise direta, para uma forma extremista de comunismo. "De Plínio Salgado para Mao Tsé-Tung", dizia no Itamaraty. Vitoriosa a Revolução, redigiu um violento telegrama de protesto contra o reacionarismo de direita dos militares". Pediu ao Dias Carneiro que, como chefe substituto da delegação, autorizasse a transmissão ao Itamaraty do texto desaforado. Dias Carneiro assentiu, talvez sem se dar conta da gravidade da insubordinação. No Itamaraty, houve reação imediata do ministro Vasco Leitão da Cunha, que desligou Rodrigues da delegação e exigiu que o telegrama fosse expurgado da série de comunicações oficiais. Para cúmulo do azar, Dias Carneiro, ao se encontrar nos corredores do Palais des Nations com vários delegados do leste europeu, que deixavam a sala de reuniões na qual discursaria o delegado português, pleiteando a admissão do seu país na UNCTAD, imaginou que a reunião tinha sido cancelada. O lugar do Brasil ficou acintosamente vazio. Criou-se assim um caso diplomático. O embaixador de Portugal no Rio de Janeiro foi instruído para protestar contra a descortesia brasileira. Nosso anticolonialismo não deveria chegar ao ponto de se boicotar a mera presença de Portugal numa conferência patrocinada pela ONU. Dias Carneiro já era encarado com suspeitas pela diplomacia portuguesa pois, em 1961, como delegado brasileiro no GATT, em reunião presidida pelo Embaixador Edmundo Barbosa da Silva, havia votado contra a admissão de Portugal nessa organização. A linha do Itamaraty, após a Revolução de 64, deixara de ser de crítica desabrida a Portugal, adotando uma postura que se poderia chamar de "engajamento construtivo": encoraja Portugal a aceitar um "calendário de descolonização", sem hostilizar frontalmente o país amigo. Essa combinação de circunstâncias adversas tornou inevitável a exoneração de Dias Carneiro.⁵

Foi chamado a retornar ao Brasil pelo novo ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, que ofereceu-lhe a Embaixada em Djakarta, que Dias Carneiro recusou, e uma função burocrática no

Ministério, também recusada. Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil na época, teve a idéia de propor a candidatura de Dias Carneiro a uma *Fellowship* da Fundação Fullbright em Harvard, o que só se consolidou em 1965. Não pôde ir imediatamente, pois teve que depor em três Comissões Parlamentares de Inquérito, uma do Ministério das Relações Exteriores, outra do Ministério da Indústria e Comércio e mais uma da SUMOC. Os inquéritos foram extremamente penosos para ele. Por sua franqueza, firmeza e por não ter filiação política com qualquer partido, apesar de suas simpatias por uma esquerda moderada, Dias Carneiro foi liberado sem ser preso, nem ter cassados seus direitos políticos - um verdadeiro milagre, segundo sua própria avaliação.

Após haver sido afastado da esfera governamental, Dias Carneiro chegou a registrar uma empresa de consultoria, em sociedade com Walter Moreira Salles. Recebeu e aceitou a bolsa da Fundação Fullbright para participar, na qualidade de *research fellow*, das pesquisas do *Center for International Affairs* e lecionar relações econômicas internacionais na escola de pós-graduação em economia da Universidade de Harvard, no ano letivo de setembro de 1965 a julho de 1966. Nessa época, o Departamento de Economia de Harvard era o mais

progressista nas universidades americanas e abrigava em seu corpo docente muitos dissidentes políticos do Terceiro Mundo, precedidos e informalmente liderados por Rafael Belaúnde Terry, presidente deposto do Peru, que dava aulas de planejamento urbano. Essa experiência em Harvard gerou dois trabalhos acadêmicos intitulados *The international monetary reform and the developing countries*, em dezembro de 1965, e *Past trends in the structural relationships of the Brazilian Economy*, em maio de 1966. Os dois trabalhos escritos em Harvard foram uma revisão crítica da sua tese de doutorado à luz dos computadores, que então surgiam como ferramentas de *number-crunching*, ainda não disponíveis em 1951.

De volta ao Brasil, ingressou na Montor, empresa de consultoria gerencial/industrial do grupo Montreal Engenharia, onde participou do plano diretor do Metrô de São Paulo, do projeto estratégico para o complexo carbonífero catarinense e de estudo para incentivo econômico das favelas do Rio de Janeiro, segundo modelo econométrico. Deste último estudo tirou a conclusão de que a cidade legal explorava a favela da mesma maneira que os países desenvolvidos exploravam os subdesenvolvidos, nas relações de troca.

Em 04 de dezembro de 1967, requereu e obteve dois anos de licença do Ministério das Relações

Exteriores para trato de interesses particulares. Em 13 de dezembro de 1967, o Presidente da República Arthur da Costa e Silva resolveu agregar o embaixador Octávio Augusto Dias Carneiro, de acordo com os artigos 5º, 6º, letra a, e 7º, do Decreto-Lei nº 69, de 21/11/66.

Sua última fala pública no Brasil ocorreu em 29 de abril de 1968, na Escola Superior de Guerra, numa palestra sobre pesquisa operacional. Ficou muito satisfeito com o resultado e a repercussão da conferência nos meios intelectuais, sentindo-se de novo aceito nesses meios, depois de um período longo de nenhuma exposição pública. Sua atuação profissional no Brasil depois do Golpe de 64 estava basicamente voltada para projetos de consultoria privada.

Participou, junto com o economista Raúl Prebisch, então ligado à ONU, de diversos seminários internacionais sobre economia do desenvolvimento, culminando com o seminário do *Collège de Pays en Voie de Développement* do Centro Universitário de Antuérpia, realizado na Universidade Católica de Louvain, Bélgica, em 09 de maio de 1968, onde veio a sentir-se mal, falecendo aos 56 anos, na Clínica Stuyvenberg, em Antuérpia, às 20:50h. A *causa mortis* foi embolia cerebral ocasionada por coágulo sangüíneo que se havia criado na superfície da

válvula aórtica artificial, uma prótese que havia sido feita em maio de 1961 na Clínica Mayo, nos EUA. Antes disso, no final de 1960, fizera uma outra cirurgia, também na Clínica Mayo, para colocação de um marca-passo. Por ocasião de sua morte, foi publicada na revista *Scripta* a seguinte carta de José Marcelino Gonçalves Netto, que era presidente do Conselho Editorial da revista:

Dias Carneiro foi, realmente, em todos os sentidos, e sob todos os aspectos, um sábio. Dedicou a vida, integralmente, a tudo que significasse e representasse cultura e inteligência, acumulando conhecimentos profundos e criadores sobre arte, filosofia, física, sociologia, matemática e economia. [...] Entretanto, Dias Carneiro não era um nome popular embora tivesse deixado verdadeiros tesouros de pesquisa e análise científica, ocupando altos cargos na administração federal e chefiando inúmeras representações do Brasil no Exterior. Esta particularidade, contudo, é comum aos verdadeiros sábios, enquanto vivos. Eis porque há sempre uma dívida a pagar aos sábios quando morrem.⁶

Octávio Augusto Dias Carneiro foi professor catedrático de história econômica na Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor associado de economia e finanças de empresas do Instituto de Administração e Gerência da PUC-RJ. Fez conferências na Escola Superior de Guerra sobre pesquisa operacional, aspectos econômicos da energia nuclear e auto-suficiência nuclear e auto-suficiência

econômica. Foi um dos responsáveis pela implantação do primeiro computador instalado no Brasil.

Desenhou a bandeira da Coréia do Sul: Por ser o único diplomata com formação em Belas-Artes presente à reunião da ONU em que foi anunciada a cisão das duas Coréias, Dias Carneiro foi solicitado, na véspera desse anúncio, por um diplomata sul-coreano, a desenhar aquela bandeira. Conhecedor da filosofia oriental, Dias Carneiro reuniu no projeto da bandeira os símbolos da terra e do céu. De acordo com a tradição taoísta, quando céu e terra se encontram, realiza-se a paz.

O Embaixador Dias Carneiro foi eleito paraninfo das turmas de 1964 e 1967 do Instituto Rio Branco. Em 1968, o I Congresso Brasileiro de Economistas, realizado no Rio de Janeiro e em Recife, fez-lhe uma homenagem póstuma, "pelos relevantes serviços prestados ao Brasil e à cultura econômica". Foi também homenageado postumamente pela turma de economistas formada em 1970, na Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Em 1975, foi inaugurada a Escola Estadual Embaixador Dias Carneiro, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Foi patrono da turma de diplomatas do Instituto Rio Branco de 1988. O ministro Raphael Valentino Sobrinho, paraninfo da turma, lembrou Dias Carneiro em seu discurso:

Um dos maiores economistas que passaram por esta casa, matemático, humanista e artista, o Embaixador Dias Carneiro bem confirma o paradigma do diplomata como síntese de uma vocação de estadista com uma existência de esteta da ação. Com os olhos no futuro, antecipou muitas de nossas verdades econômicas, inclusive no campo da energia nuclear e da informática. Sobrevivente da rara espécie dos verdadeiros espíritos renascentistas, era também um estudioso da ignorância, na vastidão de suas formas, sustentando que as próprias forças irracionais devem ser levadas em conta no planejamento econômico.

Na criatividade renascentista de Dias Carneiro, procuro inspirar-me para expressar toda a minha afeição docente e agora de colega, a uma turma que, se as definições esgotassem a essência do ser, eu caracterizaria como um "sorriso matemático", em consequência de seu gosto pela precisão, sem perder o amor pela flexibilidade, o que lhe permitiu adquirir sólida formação econômica, como valioso instrumento diplomático.⁷

Nessa mesma cerimônia de formatura, realizada em abril de 1989, o então ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, comentou a escolha de Dias Carneiro como patrono da turma recém-formada:

Elegeram os mais novos integrantes da carreira de Diplomata como patrono o Embaixador Octavio Augusto Dias Carneiro. Felicito-os pela escolha, que recai sobre um dos diplomatas que mais contribuiu para a valorização do tratamento da temática econômica no Itamaraty, num momento em que o Brasil principiava a projetar interesses novos e mais diversificados no cenário econômico mundial. Homem público de cultura eclética, de conhecimentos sólidos que se espraiavam das artes à economia, Dias Carneiro teve participação importante na vida nacional.⁸

Dias Carneiro é mencionado em diversos livros, notadamente no livro de Thomas Skidmore (que, no Brasil, se chamou *Brasil: de Getúlio a Castelo*) e na publicação *Who's Who in Atoms*, volume I - A - K, 1960, livro de referência internacional.

Octávio Augusto e Lilian Dias Carneiro tiveram três filhos: Augusto Leopoldo, Isabel e Teresa; sete netos: Ana Cecília, Carlos Henrique, Luiza, Mariana, Vitoria, Julia e Maria Clara; e quatro bisnetas: Maria Paula, Maria Helena, Laura e Melissa.

Traduções:

A pedido do Itamaraty, Dias Carneiro traduziu durante sua estada em Los Angeles (1945-46), do alemão para o português, o volume III da obra do conselheiro Luis Schneider "Der Krieg der Triple-Allianz", relato da luta entre a República do Paraguai e o Império Brasileiro aliado à República Argentina e à República Oriental do Uruguai. Por essa tradução recebeu os seguintes elogios do Sr. Fernando Lobo, em nome do ministro de Estado, em carta ao embaixador Carlos Martins Pereira de Souza:

Cumpre-me lembrar as dificuldades inerentes à tradução direta da língua alemã e de uma obra repleta de particularidades idiomáticas e de termos técnicos da arte militar ao par de uma construção particularmente difícil, para insistir, como o faço, sobre o rigor e a perfeição com que o Secretário Dias Carneiro desempenhou-se da tarefa que lhe foi confiada e pelo

brilho com que venceu os passos mais árduos do empreendimento.⁹

Traduziu também as primeiras edições do livro-texto de economia de Paul A. Samuelson, *Introdução à Análise Econômica*.

Livros, artigos e trabalhos:

"A economia das centrais núcleo-elétricas de grande porte". *Revista do Conselho Nacional de Economia* (3 e 4):141-161, mai./jun. 1959.

"Apontamentos para o estudo da concorrência africana ao café brasileiro". *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro do Café, 1959.

Análise econômica do Estado de Santa Catarina. Montor, 1965.

Aspectos econômicos do aproveitamento industrial da energia atômica. Estudo nº 1. Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, 1955.

"A teoria econômica da eletricidade nuclear". *Revista do Conselho Nacional de Economia* (1 e 2):8-21, jan./fev. 1958.

Dois ensaios sobre economia internacional. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1961.

"Eletricidade nuclear e desenvolvimento econômico". *Revista do Conselho Nacional de Economia* (3 e 4): 141-161, mar./abr. 1959.

Estudos de educação econômico-social do Brasil. São Paulo, Instituto de Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 1957.

Interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos na América Latina. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores de Brasília. Mimeo.

International Monetary Reform and the Developing Countries, Organização das Nações Unidas, 1964.

"Introdução ao desenvolvimento econômico". *Digesto Econômico*, São Paulo, (122):37-46, mar./abr. 1955.

Movimentos internacionais de capitais e desenvolvimento econômico. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1961.

Noções da teoria da renda. Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1961.

O Fundo Monetário Internacional e o Banco Internacional para reconstrução e fomento. Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores de Brasília, Mimeo.

"Os países subdesenvolvidos e a reforma do sistema monetário mundial". *Síntese Política Econômica Social*, ano VIII, nº 31 e 32, jul.-set. e out.-dez. de 1966.

Past Trends in the Structural Relationships of the Brazilian Economy (1920-1965), University of Cambridge, Massachussets, 1966.

Pesquisa operacional. Rio de Janeiro, Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, 1968.

"Problemas do comércio internacional de produtos de base". *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano VII, nº 23, mar.64.

Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1964.

Relatório econômico sobre o projeto de instalação de central nuclear na Itália Meridional, apresentado à Comissão Nacional de Energia Nuclear, em junho de 1958.

Some Purely Theoretical Aspects of Price-Quantity Fixing Intergovernmental Commodity Agreements, George Washington University, 1949.

The International Monetary Reform and the Developing Countries, Center for International Affairs, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, December, 1965.

DESENVOLVIMENTISMO, COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS E BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O pensamento econômico brasileiro não se consolidou nos círculos teóricos acadêmicos, mas sim nas instituições que agrupavam economistas ou profissionais de outras áreas, como engenheiros, advogados, etc., que se interessavam por economia ou tinham sido obrigados, por força das circunstâncias, a trabalhar como economistas. Os cursos de economia foram oficializados em 1944, com a criação do curso de graduação em ciências econômicas na Universidade do Brasil. O primeiro curso de pós-graduação só surgiria na Fundação Getúlio Vargas em meados na década de 60. Os cursos de economia brasileiros, de modo geral, eram fracos e sem orientação teórica definida. Assim sendo, grande parte dos grandes nomes da economia das décadas de 50 e 60 tiveram que ir estudar no exterior. Ao voltar, cheios de idéias e detentores de uma boa formação, eram aproveitados quase que imediatamente nas várias instituições recém-surgidas ou em formação, engajadas na discussão do processo de industrialização brasileira. O conceito econômico emergente era o do "desenvolvimentismo".

Ricardo Bielschowsky, em seu livro *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do*

desenvolvimentismo, define desenvolvimentismo como sendo:

(...) a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

(a) industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;

(b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de espontaneidade das forças de mercado, e por isto, é necessário que o Estado a planeje;

(c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e

(d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente.¹⁰

O que distinguia basicamente a corrente desenvolvimentista, além da ênfase na industrialização e na intervenção do Estado, em relação a outras correntes de pensamento econômico na época, era o planejamento de longo prazo. Isso era efetivamente o ponto em comum entre os representantes das vertentes desenvolvimentistas. Bielschowsky divide em cinco as correntes de pensamento econômico da época: (a) os neoliberalistas, à direita, liderados por Eugênio Gudín e Octávio Gouvêa de Bulhões e agrupados

principalmente em duas instituições, a Fundação Getúlio Vargas e o Departamento Econômico do Conselho Nacional de Economia; (b) os desenvolvimentistas não nacionalistas, que defendiam o capital estrangeiro na energia, transportes e mineração, co-dirigiam o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, e tinham na figura de Roberto Campos o seu expoente; (c) os desenvolvimentistas nacionalistas, com representantes que se agrupavam no BNDE e no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), cuja liderança cabia a Celso Furtado; (d) os desenvolvimentistas que atuavam na área privada, principalmente no Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, como João Paulo de Almeida Magalhães, e editando a revista *Estudos Econômicos*, como o jovem Antônio Delfim Netto; e (e) os socialistas, desarticulados desde 1947 com a cassação do PCB, cujo simpatizante mais ilustre foi Nelson Werneck Sodré.

Como se vê, a direção do BNDE era dividida entre desenvolvimentistas nacionalistas e não nacionalistas. A posição de Dias Carneiro pode ser considerada nacionalista em certos aspectos, como, por exemplo, na exploração e uso de minerais radioativos e no que se refere à questão da remessa de lucros, e não nacionalista em outros, como na

admissão do investimento estrangeiro em outros setores da indústria, inclusive setores básicos. Precisamos recuar um pouco no tempo, para entender melhor a atuação de Dias Carneiro no BNDE.

Como mencionado, Dias Carneiro, depois do doutorado pelo MTI tinha voltado para o Brasil, em julho de 1951, para trabalhar na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Em janeiro de 1952, foi posto à disposição do BNDE para trabalhar na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, da qual foi relator, e para chefiar o Departamento Econômico do BNDE de janeiro a julho de 1953. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos havia sido criada em julho de 1951, tendo a duração de dois anos, e o BNDE em junho de 1952. A Comissão Mista funcionou, de fato, como precursora do Banco. Os trabalhos da comissão dividiam-se em uma seção americana e em uma seção brasileira, inicialmente chefiada por Lucas Lopes e Roberto Campos.

A Comissão Mista realizou 41 projetos concentrados nos setores de transportes e energia, principalmente na ampliação e modernização da malha ferroviária. Haviam sido detectados pontos de estrangulamento na produção de energia elétrica, nos sistemas de transporte pesado e na produção de combustíveis, capazes de diminuir o ritmo do crescimento econômico brasileiro. A preocupação não

era só desfazer os pontos de estrangulamento, mas fazer com que os investimentos em infra-estrutura tivessem um caráter irradiador do desenvolvimento, criando pontos germinativos e uma dinâmica de acumulação interna à economia. Para tanto, recomendava-se a concentração dos investimentos no tempo e no espaço, evitando a dispersão de recursos e a diluição de efeitos. Os investimentos não seriam feitos só para cobrir a demanda passada, mas antecipando a demanda futura. Em última instância, o objetivo da Comissão Mista não era só resolver os problemas estruturais internos, mas superar a divisão internacional do trabalho adversa para o Brasil e para os outros países latino-americanos. Os limites impostos pela capacidade de importação deveriam ser removidos e a saída consistia na industrialização acelerada e na implantação do setor de infra-estrutura. Os técnicos envolvidos nos trabalhos tinham a consciência de que isso não ocorreria espontaneamente no setor privado, mas fazia-se necessária a participação ativa do Estado, por meio do planejamento e de organismos de controle.

Os trabalhos da Comissão Mista foram interrompidos unilateralmente pelos EUA em julho de 1953, por divergência de interesses entre os Governos norte-americano de Eisenhower e brasileiro

de Vargas, que não cedeu à pressão norte-americana para que aos capitais norte-americanos fosse concedido o mesmo tratamento que aos capitais nacionais. A crise cambial de final de 1952 e o fortalecimento do Banco Mundial, que pretendia exercer funções tutoriais sobre a política econômica dos países demandantes de crédito, em detrimento do Eximbank, contribuíram, a par do nacionalismo de Vargas, para dar fim aos trabalhos da Comissão Mista. Os EUA imaginavam uma "cooperação econômica" em que os capitais privados norte-americanos seriam dirigidos predominantemente para a exploração de petróleo, minerais e à produção de bens de consumo duráveis, mas Vargas não queria perder o controle da determinação de onde, como e quando os empreendimentos seriam feitos.¹¹

Simultaneamente aos trabalhos da Comissão, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), ligada às Nações Unidas, desenvolvia um estudo sobre Técnicas de Planificação. Os contatos entre Roberto Campos e Raúl Prebisch, da CEPAL, resultaram na criação de um grupo de técnicos da CEPAL e do BNDE, sob a coordenação de Celso Furtado. O Grupo Misto viria a complementar os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, entre 1953 e 1955, gerando o mais abrangente dos estudos da economia brasileira feitos até então, servindo como base para o Plano de

Metas no Governo Juscelino Kubitschek, e, portanto, para o desenvolvimentismo brasileiro. O termo "planejamento econômico" passa a fazer sentido no Brasil a partir dos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O Relatório Financeiro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos marca uma posição intermediária entre o monetarismo e o estruturalismo, no que tange ao financiamento da industrialização. Os dois principais economistas a participarem da elaboração desse documento foram Roberto Campos e Octávio Dias Carneiro. Bielschowsky explica as diferenças de posicionamento de Campos e Dias Carneiro:

É importante lembrar que, na época da redação do Relatório (1953), Campos mantinha uma ênfase desenvolvimentista e uma postura predominantemente eclética na análise da inflação e do desequilíbrio externo. Já havia sinais, em seus textos, que prenunciavam sua posterior inclinação por políticas de estabilização, iniciada, como se assinalou, em 1955. Mas sobressai ainda o seu ecletismo, cujo melhor símbolo é a expressão "crise de crescimento", que usou para descrever a conjuntura brasileira, provocando, como se viu, uma série de contestações por parte dos neoliberais. Já Octávio Dias Carneiro, cuja participação posterior no debate desenvolvimentista esteve ligada sobretudo à política nacionalista em energia nuclear, mantinha, na época, uma postura discreta diante da recomendação sobre medidas antiinflacionárias, dando ênfase à necessidade de planejar o desenvolvimento econômico. O Relatório da CMBEU, no volume de análise geral da economia brasileira, reflete a visão heterodoxa e relativamente desapaixonada com que esses dois economistas buscavam posicionar-se dentro da problemática inflacionária e cambial no ano de 1953. O resultado dessa postura foi a combinação de uma marcada

inclinação pelo desenvolvimento industrial e da mais sistemática análise até então produzida sobre os desequilíbrios gerados pelo processo em curso.¹²

A idéia do planejamento setorial, expressa na transformação dos estrangulamentos setoriais em "pontos de germinação", por meio de investimentos com poder de irradiação para o restante do sistema, claramente proposta na Comissão Mista, é a base do Plano de Metas de Juscelino. Os neoliberais inicialmente não se opuseram a essa concepção, porque partia de um grupo de técnicos majoritariamente favoráveis ao capital estrangeiro e por admitirem que os setores de infra-estrutura necessitavam de grande apoio estatal. Não perceberam, no entanto, "a força extraordinária dessa concepção de planejamento, que dominaria a política desenvolvimentista da segunda metade dos anos 50".¹³

Bielschowsky, mais uma vez, destaca a expressiva contribuição de Dias Carneiro na divulgação das idéias desenvolvimentistas e para pôr em prática, na economia real, princípios tão revolucionários, pelo menos no Brasil, da teoria econômica:

Além da disseminação da filosofia do planejamento setorial, deve-se também à CMBEU a difusão, no país, do controle de criação de "economias externas". Desnecessário é assinalar que o conceito era protegido pela importância com que era encarado pelas principais agências financeiras internacionais. O

desenvolvimentista nacionalista Octávio Dias Carneiro, da CMBEU - favorável, como Campos, ao planejamento setorial -, foi talvez o economista que mais usou o argumento da criação de economias externas para justificar o planejamento.¹⁴

A defesa, por parte de Dias Carneiro, do planejamento econômico e da participação ativa do Estado no desenvolvimento foi uma constante nesse período. Um dos exemplos dessa defesa, encontra-se na seguinte passagem:

A formação do capital em países desenvolvidos pode ser deixada a cargo das forças do mercado. Nos países subdesenvolvidos e especialmente o Brasil, o capital é escasso e, além do mais, propenso a aplicar-se improdutivamente em atividades altamente lucrativas. Torna-se, assim, sua escassez ainda mais sentida nas indústrias de utilidade pública, naturalmente pouco rendosas. Assim, o planejamento do investimento neste ramo de indústria se transforma em uma das mais importantes tarefas econômicas do governo.

Inicialmente, deve, portanto, o planejamento de investimentos visar à criação de economias de produção, isto é, de capital social, que possibilite o despontar de rendimentos crescentes de produção no restante das atividades produtivas. Consiste esse planejamento inicial na remoção dos obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento econômico do país, aplicando-se no melhoramento de obras públicas, transportes, energia, portos, etc., que requerem substancial participação no financiamento governamental e internacional.¹⁵

Segundo Jayme Magrassi de Sá¹⁶, que tinha sido, num primeiro momento, chefe de gabinete da Superintendência do BNDE, chefiada por Roberto Campos, e mais tarde, ele próprio, presidente do BNDE, Dias Carneiro contribuiu enormemente nas

discussões prévias à organização do Banco. Como dissemos acima, quando da fundação do BNDE em 1952, Dias Carneiro estava recém-chegado de seu curso de Doutorado no MIT e trouxe uma abundante contribuição teórica acadêmica, mas também grande experiência em termos de financiamento internacional e nacional, para essas discussões prévias à lei de instituição do Banco. Ele não tinha grandes propensões para tratar da parte administrativa, por ser um intelectual por excelência. Assim sendo, no plano executivo, sua passagem oficial pelo Banco foi rápida, reduzida a alguns meses do ano de 1953, mas sua contribuição para determinar o que seria o Banco, dada nas discussões que se desenrolaram entre janeiro e junho de 1952, foi fundamental. Como os americanos tinham retirado o seu apoio em termos financeiros ao desenvolvimento brasileiro, esses economistas responsáveis por tirar o Banco do papel tiveram que procurar alternativas de financiamento interno. As resistências eram muitas, pois poucas pessoas, naquele momento, pensavam em termos macroeconômicos e entendiam a necessidade da renúncia ao consumo da população em prol da construção das bases para o desenvolvimento. Dias Carneiro era uma delas.

A passagem oficial de Dias Carneiro pelo BNDE ocorreu a partir de janeiro de 1953, quando foi mais

uma vez cedido (após um ano cedido à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, de janeiro de 1952 a janeiro de 1953) pelo Ministério das Relações Exteriores para ocupar o cargo de chefe do Departamento Econômico do Banco. Sua nomeação e posse ocorreram em fevereiro de 1953, por um mandato de um ano. Logo depois, ainda em fevereiro de 1953, elaborou um memorando, enviado ao Dr. Roberto Campos, com considerações sobre a taxa de juros mínima que, em circunstâncias específicas (certos prazos de amortização, níveis de despesas iniciais, taxas de reaplicação e retenção de capital), o BNDE poderia cobrar de seus mutuários para manter-se em equilíbrio, dentro do horizonte de planejamento que lhe havia sido traçado pelas condições legais de sua criação. Em julho de 1953, Dias Carneiro é exonerado do cargo pelo diretor superintendente, José Soares Maciel Filho. Dias Carneiro, em carta datada de junho de 1953, enviada ao diretor superintendente, declara que se não houvesse exoneração, pediria demissão do cargo, visto não lhe ser possível "continuar trabalhando eficientemente nestas condições, seja porque o ambiente é demasiado propício à divulgação de rumores infundados, seja porque não me interessa permanecer na posse de uma autoridade da qual sou ora investido ora privado"¹⁷.

O tom da carta mostra que havia desavenças e contraposição de opiniões entre Dias Carneiro e Maciel Filho, que tornaram difícil a sua permanência no BNDE.

Em janeiro de 1957, Dias Carneiro é designado pelo presidente Lucas Lopes a ocupar a função de membro do Conselho de Administração do Banco durante o impedimento do titular efetivo, Victor da Silva Alves Filho, designado para integrar a delegação do Brasil à XI Sessão da Assembléia Geral da ONU.

A sua participação na elaboração do Plano de Metas, por outro lado, foi bem mais tímida do que na criação do BNDE. Por sua bagagem acadêmica e profissional, Dias Carneiro estava acostumado a fazer planejamento bem fundamentado, baseado em cálculos e projeções. O Plano de Metas ficou mais para ideário do que para planejamento, no seu sentido econômico próprio. Os ideais eram importantes naquele momento, mas a falta de fundamentação que envolvia o Plano de Metas não atraiu Dias Carneiro. Ele era bem mais um técnico do que um político.

ACORDO GERAL SOBRE TARIFAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO (GATT)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, vários países decidiram regular as relações econômicas internacionais, por perceberem que os problemas econômicos influíam enormemente nas relações entre Governos. Para regular aspectos financeiros e monetários, foram criados o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e, no âmbito comercial, foi cogitada a criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), que funcionaria como uma agência da Organização das Nações Unidas.

Em 1947, foi criado o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), com o objetivo de combater práticas protecionistas, adotadas desde os anos 20, e impulsionar a liberalização comercial. Os países membros fundadores - 23 no total - iniciaram negociações tarifárias na primeira rodada de negociações, em 1947, e elaboraram o projeto de criação da OIC num foro de discussões baseado em Havana, Cuba, de novembro de 1947 a março de 1948. O projeto de criação da OIC, incluído no documento conhecido como Carta de Havana, era ambicioso, pois além de disciplinar o comércio de mercadorias,

continha normas sobre emprego, práticas comerciais restritivas, investimentos estrangeiros e serviços.

Apesar do papel de liderança assumido pelos Estados Unidos no processo, questões políticas internas fizeram com que o país desistisse de encaminhar o projeto ao Congresso para sua ratificação em 1950. Com o fracasso da criação da OIC, o GATT, criado para regular provisoriamente as relações comerciais internacionais, tornou-se o instrumento permanente, que, por mais de quatro décadas, assumiu o papel de regulador das relações comerciais entre os países.

Os princípios do GATT são: (1) não discriminação; (2) proteção transparente; (3) base estável para o comércio; (4) concorrência leal; (5) proibições de restrições quantitativas a importações; (6) adoção de medidas de urgência, (7) reconhecimento de acordos regionais - Art. XXIV, e (8) condições especiais para países em desenvolvimento.

O GATT reunia-se de tempos em tempos, para rodadas de negociações e, em bases anuais, ocorriam reuniões técnicas dos grupos de trabalho para discussão de questões pertinentes e preparação de material para apresentação. Foram realizadas oito rodadas: (1) em 1947, em Genebra, sobre tarifas; (2) em 1949, em Annecy, sobre tarifas; (3) em 1950-1951,

em Torquay, sobre tarifas; (4) em 1955-1956, em Genebra, sobre tarifas; (5) em 1960-61 (Rodada Dillon), em Genebra, sobre tarifas; (6) em 1964-1967 (Rodada Kennedy), em Genebra, sobre tarifas e anti-dumping; (7) em 1973-1979 (Rodada Tóquio), em Genebra, sobre tarifas, medidas não tarifárias e acordos; (8) em 1986-1993 (Rodada Uruguai), em Genebra, sobre tarifas, novo marco jurídico e discussão da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que foi efetivamente instituída em 1994. O número de partes contratantes do acordo na 8ª Rodada foi de 123 países, número este que, no início de 1995, já havia subido para 128.

A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, retomando os princípios de criação da OIC, se deu devido à constatação, por parte dos países membros, da incapacidade do GATT de atuar como garante das regras que presidem o comércio multilateral. Essa nova Organização, mais forte, cujo objetivo é assumir a supervisão do comércio mundial, integrar no sistema de comércio multilateral novas áreas de cooperação e instaurar um novo mecanismo de resolução de litígios, iniciou suas atividades em 01 de janeiro de 1995.

Feito esse panorama histórico da criação do GATT e de seus desdobramentos, cabe-nos agora relembrar a participação de Dias Carneiro nas Conferências do

GATT, a partir de 1954. Nesse ano, Dias Carneiro era 1º secretário em Londres, de onde voltaria para o Brasil em 1956. Em dezembro de 1954, compareceu à 9ª Sessão do GATT em Genebra - que trataria da revisão do Acordo Geral - na qualidade de chefe interino da delegação do Brasil (o chefe era Valentim Bouças), e apresentou então a proposta de transposição da tarifa brasileira de específica para *ad valorem*¹⁸, com reajustamento das posições anteriormente negociadas e pagamento de compensações equivalentes em direitos pelas concessões negociadas eventualmente retiradas, isentando as medidas de transposição de tarifa do pagamento de ônus compensatórios. A delegação do Brasil propôs que as negociações e renegociações se subordinassem não ao critério da equivalência monetária absoluta das concessões, mas ao critério da equivalência ponderada pelos coeficientes de elasticidade de demanda em relação à renda, para produtos manufaturados, e em relação ao preço, para matérias-primas e produtos básicos, dada a desigualdade econômica das Partes Contratantes. Tal proposta constituía uma revisão do Acordo e era considerada avançada, quando comparada à orientação geral mais conservadora da maior parte das potências comerciais, que preferiam deixar o Acordo dentro dos seus limites. A delegação chegou a cogitar a

retirada do Brasil das negociações, caso a revisão do Acordo não avançasse e as decisões finais fossem prejudiciais ao país.

Além da questão da transposição da tarifa e das concessões, o Brasil levantou outros pontos ligados ao comércio internacional: empréstimos; monopólio e práticas restritivas e discriminatórias no campo do transporte marítimo (fretes); comércio internacional dos produtos de base; e coordenação com os órgãos regionais por intermédio da ONU (ECOSOC) e Agências Especializadas. A intenção última da delegação brasileira era evitar que os países membros voltassem a cair no bilateralismo discriminatório e evitar a manutenção de barreiras não tarifárias que os países mais desenvolvidos aplicavam aos produtos de base provenientes de países menos desenvolvidos.

A questão do comércio internacional dos produtos de base¹⁹, do mais alto interesse dos países subdesenvolvidos, cuja renda nacional dependia em grande parte da renda externa produzida pela exportação desses produtos, era objeto de iniciativa governamental em várias organizações internacionais (FAO, Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas - CEPAL, ECOSOC e OEA), mas a posição do GATT, com relação ao assunto, era de grande importância por ser a única organização governamental com responsabilidades no campo do

comércio internacional. Os esforços feitos por esses organismos internacionais em separado aparentemente não vinham tendo muito sucesso, no sentido de estabelecer uma ação internacional conjunta que amenizasse a instabilidade no preço desses produtos no mercado internacional. A intenção da delegação brasileira era obter uma definição clara e precisa das responsabilidades do GATT em relação ao assunto, já que não parecia conveniente, por razões administrativas e de orientação política, que vários organismos tratassem concomitantemente da mesma questão. Apesar de os EUA se oporem a que o GATT assumisse qualquer responsabilidade, o Reino Unido defendeu que o GATT ampliasse seus poderes em relação ao comércio dos produtos de base, promovendo estudos, colhendo dados, publicando estatísticas e submetendo às Partes Contratantes um relatório anual. A ação no campo internacional do comércio dos produtos de base seria tomada pelas Partes Contratantes somente no GATT, convocando-se Conferências Especiais para exame dos problemas e solução das questões. A proposta inglesa foi apoiada pelo Brasil, apesar de o Governo brasileiro não ter dado à delegação qualquer orientação a respeito. A delegação americana reafirmou a sua posição de não colaborar internacionalmente, preferindo uma ação unilateral nos seguintes termos: (1) aumentar

internamente, nos EUA, o consumo desses produtos; (2) procurar diversificar a produção exportável dos países subdesenvolvidos, diminuindo-lhes a vulnerabilidade de sua economia interna, ocasionada pela dependência exclusiva da exportação de produtos de base; (3) procurar incentivar o afluxo de capitais para os países subdesenvolvidos com o fito de assegurar-lhes os investimentos necessários a seu progresso econômico e (4) dar-lhes, além de assistência financeira, a necessária assistência técnica.

A delegação brasileira fez reserva da posição dos EUA, mas aceitou participar dos trabalhos de um novo comitê, de 17 membros, para estudo da questão do comércio dos produtos de base. A delegação brasileira submeteu também à consideração das Partes Contratantes um projeto de resolução concernente à prática, pelas agências internacionais de crédito, dos empréstimos vinculados, os chamados *tied-loans*, por entender ser esta prática uma barreira ao comércio internacional em base de vantagens comparativas.

A posição da delegação brasileira era a de continuar a trazer para o campo internacional e multilateral a disciplina e a solução dos problemas relativos aos acordos intergovernamentais de

produtos de base e forçar a escolha, entre os vários organismos que tratavam do assunto, daquele que deveria preponderar como órgão disciplinador desses acordos. Como a não adesão dos EUA - maior produtor e consumidor dos produtos de base - constituía um problema nesse sentido, a delegação do Brasil apresentou ao Comitê Especial, em janeiro de 1955, uma proposta, buscando o seu consenso, de modificação da proposta britânica nos pontos que pareciam mais prejudiciais aos interesses econômicos do Brasil, isto é, à conclusão de acordos bilaterais sem a aprovação prévia do GATT. O excelente trabalho feito por Dias Carneiro, à frente da delegação brasileira no GATT, em prol da melhoria dos termos de troca dos países menos desenvolvidos em seu intercâmbio com os países desenvolvidos, foi continuado pelo embaixador Edmundo Penna Barbosa da Silva, que ocupou a presidência da representação brasileira em 1960.

Segundo Joaquim Ferreira Mângia²⁰, que foi presidente do Conselho de Política Aduaneira - órgão que tentava estabelecer racionalmente um sistema de proteção à indústria nacional por meio da tarifa e não de medidas administrativas - e integrante de várias delegações ao GATT, Dias Carneiro tinha uma posição nacionalista e entendia a necessidade de se dar uma solução que agilizasse o desenvolvimento dos

países menos desenvolvidos. Assim sendo, a defesa que fazia no GATT e em outras conferências internacionais não era exclusivamente a defesa do interesse brasileiro, mas do de países que apresentavam condições, estrutura e grau de desenvolvimento semelhantes ao Brasil. Isso deu a ele uma projeção internacional e angariou-lhe o respeito de seus pares nessas conferências.

Dias Carneiro defendia o fortalecimento de certas regras, que já existiam no GATT, de tratamento especial aos países subdesenvolvidos, colocando, em primeiro lugar, essas regras em execução e, em segundo, ampliando as normas na medida da necessidade, por meio de certas concessões privilegiadas que os países mais desenvolvidos deveriam concordar em dar aos países menos desenvolvidos para a ampliação de seu comércio. Havia um esforço da parte brasileira, capitaneado por Dias Carneiro, para a eliminação das barreiras não tarifárias que os países mais desenvolvidos aplicavam aos países menos desenvolvidos. Na época, havia ainda a questão da defesa da propriedade intelectual feita pelos EUA e contestada pelo Brasil. Os países subdesenvolvidos precisavam usar patentes registradas por países mais desenvolvidos para desenvolver determinados segmentos de produção. Os EUA sempre quiseram incluir no GATT um manual de

defesa da propriedade intelectual, defendendo seus interesses e impedindo que países como o Brasil produzissem produtos patenteados por empresas americanas. Essa luta é muito antiga, mas as conquistas dos países subdesenvolvidos naquela época refletem-se até hoje como, por exemplo, na questão da fabricação dos genéricos.

O posicionamento do Brasil nas conferências do GATT nas décadas de 50 e 60 foi capital, pois abriu caminho para a defesa dos interesses econômicos dos países subdesenvolvidos. A competência de Dias Carneiro em defender os interesses brasileiros e enfrentar o debate acalorado com países mais desenvolvidos abriu precedentes e fez história. Em *Instruções à Delegação do Brasil às negociações tarifárias brasileiras no quadro do acordo geral sobre tarifas aduaneiras e comércio (GATT)*, em março de 1955, o então Ministro das Relações Exteriores, Raul Fernandes, falando da posição do Brasil, declara:

Raros são os países membros do GATT, e nenhum dentre os menos desenvolvidos, que puderam dar, até hoje, um passo tão corajoso no sentido da liberação, simplificação e racionalização do mecanismo regulador de suas trocas comerciais com o exterior, avançando mais largamente ao encontro dos ideais que nortearam a elaboração da malograda Carta de Havana.²¹

Nas reuniões preparatórias à Conferência, realizadas em 1953, começou a ser discutida a reforma do Acordo Geral, com ênfase na situação comercial externa dos países de fraca renda *per capita*. A reformulação pretendida implicava na constituição de organismos específicos para aplicação das normas que viessem a ser adotadas. Os objetivos do Brasil eram principalmente influir nas decisões, de forma que a reforma do Acordo Geral atendesse a seus interesses, e fortalecer a sua posição. A oportunidade era muito valiosa e não deveria ser desperdiçada com omissões ou enfraquecimento de posições. Naquele momento, o GATT ainda era um clube restrito de 46 membros que tratava dos interesses das nações industrializadas, de um lado, e das nações subdesenvolvidas, de outro. Os países da Ásia e da África e os países socialistas estavam pouco representados e o GATT vivia ameaçado pelo Mercado Comum Europeu, que já era então uma organização política forte e defensora ferrenha dos interesses de seus países membros. Naquele momento, fazia parte do Acordo somente uma parcela dos cinco grandes grupos do intercâmbio comercial - países do Oeste entre si, países do Leste entre si, países do Oeste com os subdesenvolvidos, países do Leste com os subdesenvolvidos e países subdesenvolvidos entre si.

Era, portanto, a posição do Brasil fazer pressão para mudar esse estado de coisas, não só buscando estabilidade nos preços dos produtos primários, como procurando desdobrar e expandir o Acordo Geral.

A participação incisiva, direta e eloqüente de Dias Carneiro continuou a se dar nas conferências posteriores, sempre defendendo os interesses brasileiros e de todo o bloco dos países subdesenvolvidos, frente à oposição acirrada do bloco dos países desenvolvidos. Essa participação foi tal, que, se não tivesse morrido tão precocemente, tudo leva a crer que Dias Carneiro teria sido designado para ocupar algum cargo de destaque em algum organismo internacional, muito possivelmente na ONU. As delegações brasileiras chefiadas por ele abriram o caminho para que os países subdesenvolvidos efetivamente passassem a ser ouvidos em fóruns econômicos internacionais.

ENERGIA NUCLEAR

Após a detonação da bomba de Hiroshima, em 6 de agosto de 1945, iniciou-se um extenso debate internacional sobre a utilização da energia nuclear para fins pacíficos. Acreditava-se que essa utilização abriria oportunidades espetaculares, principalmente para os países em desenvolvimento, em termos de substituição de outras formas de geração de energia. No Brasil, na década de 50, o interesse pelo assunto mobilizou tanto os especialistas em física nuclear quanto alguns diplomatas - e entre estes o Embaixador Dias Carneiro - que buscavam definir uma política interna coadunada com uma posição internacional que garantisse o acesso do país à nova tecnologia.

A primeira Comissão de Energia Nuclear das Nações Unidas foi criada em 1946, congregando tanto países que detinham a tecnologia nuclear, como os Estados Unidos, a União Soviética, a Inglaterra e a França, quanto os países possuidores de reservas de minerais radioativos, como o Brasil, que possuía reservas de tório - mas ainda não as de urânio - já identificadas. Os Estados Unidos, com a preocupação de manter a sua posição ímpar, de controlar as reservas de minerais atômicos e de evitar a proliferação das armas nucleares, propõem, também em

1946, o Plano Baruch, de criação de uma entidade supranacional para controlar as atividades nucleares. O Brasil se opôs ao Plano, defendendo uma linha de ação em que o país só venderia materiais físséis por preço justo e em troca de assistência nuclear, em termos de treinamento, tecnologia e equipamentos.

Com o insucesso do Plano Baruch, os EUA promulgaram a Lei de Energia Atômica (Atomic Energy Act) em 1946, que disciplinava com rigidez a cooperação com outros países na área de energia nuclear. Em 1954, uma outra Lei de Energia Atômica foi promulgada nos EUA, disciplinando a cooperação nuclear para evitar a disseminação dos conhecimentos para fins bélicos e iniciando o Programa de Átomos para a Paz, do presidente Eisenhower.

No Brasil, desde março de 1955, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico vinha-se preocupando com os aspectos econômicos do aproveitamento da energia atômica para geração de eletricidade. De fato, mais de um quinto dos fundos contratados pelo Banco para desenvolvimento econômico referiam-se à produção de energia elétrica. Por estarem avançados os conhecimentos tecnológicos no setor do aproveitamento da energia nuclear e por ser o Brasil tido como um dos países mais indicados internacionalmente para realizar esse

aproveitamento, a administração do BNDE achou por bem informar-se sobre o assunto.

Na época, Dias Carneiro servia em Londres, na Inglaterra, país considerado, então, um expoente no aproveitamento de energia nuclear para fins industriais. O Presidente do BNDE pediu permissão ao Ministério das Relações Exteriores para que o diplomata pudesse, sem prejuízo de suas funções no posto, incumbir-se de representar o BNDE na Inglaterra e fazer uma pesquisa, recolhendo dados sobre o aproveitamento da energia atômica para fins pacíficos. A autorização foi concedida e a pesquisa feita, dando origem ao livro intitulado *Aspectos econômicos do aproveitamento industrial da energia atômica*, publicado pelo BNDE, em 1955.

Para explicar o assunto, Dias Carneiro pôs-se a pesquisar a expressão da função da produção de energia elétrica a partir de reatores e o cálculo da respectiva função de custo, que compreendia condições de mercado da matéria-prima, do equipamento e da mão-de-obra empregados, para, a seguir, aplicar os resultados à economia brasileira, na tentativa de avaliar a importância da nova tecnologia e a viabilidade de sua implantação.

Escolheu o método analítico pela impossibilidade de escolha do método empírico por inexistir a tradição experimental na produção de energia

elétrica por meio de reatores. Dividiu o trabalho em três partes: na primeira, lançou os conceitos fundamentais das funções de produção e de custo e também do processo industrial visando à geração de energia elétrica conseqüente à cisão atômica; na segunda, fez uma análise técnico-analítica e econômico-programática da produção termelétrica atômica, assim como a análise comparativa de custos de produção de energia elétrica pelos diferentes meios capazes de produzi-la; na terceira, aplicou ao caso brasileiro as conclusões da segunda parte.

Examinando o programa de aproveitamento de energia elétrica da Inglaterra, Dias Carneiro não julgou provável que a produção termelétrica nuclear conduzisse a preços do kilowatt-hora mais reduzidos do que os referentes à energia oriunda de outras fontes. Isso, segundo ele, não desqualificaria a energia atômica como fonte de eletricidade, merecendo consideração especial: a disponibilidade nacional de substâncias físséis e férteis, bem como as possibilidades de enriquecimento de urânio; os custos comparativos, em termos de balanço de pagamentos, a curto, médio e longo prazos, da importação de material físsil e fértil, relativamente à importação de combustíveis químicos, líquidos e sólidos, para aplicação à geração de energia elétrica para uso doméstico, industrial e de

transporte ferroviário eletrificado; e a geografia energética (potencial hidrelétrico, existência de jazidas, localização, quantidade e qualidade do material disponível) do país considerado, que tornasse econômica a produção da energia termelétrica nuclear.

Analisando os resultados prováveis da aplicação da energia termelétrica nuclear sobre o nível do produto nacional do país que adotasse essa inovação e sobre a localização da atividade industrial no país afetado pela inovação, Dias Carneiro disse que, na suposição de que os custos de produção da energia termelétrica nuclear se reduzissem ao nível dos da eletricidade gerada pelos processos usuais e que tal redução não fosse ocasionada por subsídio governamental direto ou indireto, mas que resultasse exclusivamente do progresso tecnológico, a consequência direta da substituição de uma forma de geração de energia por outra seria a liberação de uma parcela dos fatores de produção anteriormente empregados na geração de eletricidade por processos costumeiros, permitindo a aplicação em outras atividades, resultando, então, em aumento líquido do produto nacional. A extensão desse efeito dependeria do volume de fatores de produção liberados para emprego em outras atividades produtivas, o que, por sua vez, dependeria das "economias" em recursos

naturais, capital e trabalho, que a aplicação comercial da energia termelétrica nuclear realizasse relativamente ao volume total desses fatores de produção, internos e externos, aplicados à produção da eletricidade por processos usuais, térmicos e hidráulicos. Essas economias de fatores de produção só ocorreriam se o custo da produção de energia elétrica por processo nuclear caísse a nível inferior ao do custo de produção da eletricidade gerada por energia hidráulica ou por energia térmica proveniente de combustíveis químicos, líquidos e sólidos. Mais importantes ainda do que esse efeito direto, seria o efeito indireto da aplicação da energia nuclear na produção de eletricidade: aumento do consumo de energia elétrica, em desenvolvimento de técnicas de produção menos dispendiosas estimuladas pela maior disponibilidade de energia a menores custos unitários, ou descoberta de novos processos de produção em que a taxa marginal de substituição da energia elétrica pelo capital, fixo ou circulante, e pela mão-de-obra fosse elevada, resultando, de qualquer forma, em aumento substancial do produto nacional a longo prazo.

Quanto aos efeitos da geração de energia elétrica nuclear sobre a localização industrial, que dependeria histórica e economicamente da proximidade aos mercados, às fontes de energia, das facilidades

de transporte e do acesso à mão-de-obra, excetuando-se motivos políticos, éticos ou imperativos sociais, passaria a depender da disponibilidade de capitais internos e externos, da possibilidade de obtenção do combustível físsil e de matéria fértil e dos materiais de construção necessários, das facilidades de montagem, reparo e conservação do equipamento nuclear. Por esses fatores variarem muito de país para país, seria pouco provável que os preços da eletricidade nuclear se nivelassem a um padrão uniforme. Por ser a energia elétrica nuclear mais cara num primeiro momento e por não poder substituir completamente de imediato a produção de energia elétrica por outros processos, a decisão de construir centrais termelétricas nucleares seria uma decisão política, baseada num planejamento estratégico de longo prazo:

Assim, conseqüentemente, é necessário haver uma decisão governamental, seguida ou não de subsídio, direto ou indireto, para a instalação das primeiras centrais termelétricas nucleares, tanto em países industrializados quanto em economias nacionais desenvolvidas.²²

As vantagens da energia elétrica nuclear seriam inúmeras, mas principalmente o fato de possibilitar o desenvolvimento de regiões rurais de baixa produtividade da mão-de-obra, pois o transporte da

fonte de energia nuclear, poderosa e compacta, praticamente independia da disponibilidade estocada de elevada quantidade de combustível. Essas regiões teriam uma melhor utilização de sua força de trabalho e um incremento na taxa de produção unitária.

Partindo-se das premissas de que a economia brasileira em 1955 era primordialmente rural, de que a produtividade *per capita* da população ativa rural era baixa em relação à da população ativa urbana, que, por sua vez, era reduzida quando comparada com a dos países industrializados e de que a disponibilidade de energia, em geral, e da energia elétrica, em particular, era condição necessária para a industrialização, os maiores obstáculos econômicos que o autor divisava para o desenvolvimento da termoelectricidade nuclear no Brasil eram os seguintes: dificuldades de tornar máximo o efeito multiplicador sobre a economia do deslocamento da mão-de-obra rural para a cidade, indispensável ao processo de industrialização; dificuldade de manter-se vazão adequada de capital estrangeiro para participar do financiamento da industrialização e necessidade de manter-se uma taxa de aumento do produto nacional superior à taxa de crescimento demográfico e mais a taxa de depreciação

e de depleção do estoque bruto de capital existente no país.

Assim sendo, a introdução da termoeletricidade nuclear no Brasil só seria benéfica se a crise interna e externa resultante da redução da produção rural não fosse grave nem prolongada, se a introdução da termoeletricidade nuclear redundasse em economia de divisas, nivelando, assim, a propensão a importar com a capacidade de importar reduzida pela queda da renda das exportações, se fossem tomadas medidas fiscais, monetárias, cambiais, tarifárias, de restrições quantitativas à importação e de programação financeira de investimentos promotores do desenvolvimento econômico, que, juntos, suavizassem a crise, se a mecanização das atividades rurais fosse pronta e vigorosamente empreendida ou se o capital estrangeiro, particular ou governamental, se tornasse disponível para o financiamento dessa mudança de ocupação de uma fração da população ativa do Brasil, conseguindo manter a taxa de aumento anual do produto nacional líquido e real em nível superior à taxa de crescimento demográfico do país. Segundo o autor:

Neste caso, a introdução da termoeletricidade nuclear redundará em incremento da produção industrial. O impacto desse aumento sobre o desenvolvimento dinâmico da economia brasileira será tanto mais benéfico e sensível, com o passar dos anos, quanto mais reprodutiva

for a aplicação econômica desses sucessivos incrementos anuais da produção industrial.²³

Percebe-se, portanto, que Dias Carneiro, apesar de teoricamente ser um entusiasta da introdução da energia termelétrica nuclear em substituição aos processos tradicionais de geração de energia elétrica, percebia que, além dessa introdução dever ter um caráter político, ela teria que fazer parte de um repertório de medidas de política social, monetária, fiscal, tarifária, de afluxo de capital etc. que estimulassem o desenvolvimento econômico brasileiro como um todo.

Apontava, ainda, obstáculos culturais à implementação da energia atômica como fonte de energia elétrica, tais como a dificuldade dos habitantes dos países subdesenvolvidos em aceitar técnicas novas, as concepções tarifárias vigentes no Brasil no setor da indústria elétrica e a atitude assumida em relação à técnica e ao capital estrangeiros no setor da produção de energia de modo geral e, em particular, eletricidade e petróleo.

A conclusão a que Dias Carneiro chega é que: "Vencidas as dificuldades técnicas, a termelétrica nuclear encontraria no quadro social e econômico brasileiro obstáculos que poderão atrasar, ou mesmo impossibilitar, essa adaptação no decurso dos próximos 20 anos".²⁴ Assim sendo, a

termelétricidade nuclear desempenharia, por muitos anos, um papel complementar ao potencial hidrelétrico. Sugeriu que as primeiras unidades fossem instaladas na vizinhança do mercado consumidor, onde se encontrava esgotado o potencial hidrelétrico local, como no caso de São Paulo e Rio de Janeiro e centros metalúrgicos. Para preparar o programa de aproveitamento recomendou a formação de engenheiros nucleares no Brasil, a construção de um reator rápido de 10.000 kW, resfriado a água sob pressão, e um estudo, pela concessionária, do plano de expansão da usina de Piratininga pela termelétricidade nuclear.

Alguns anos mais tarde, em 1958 e 1959, Dias Carneiro publicou dois artigos na *Revista do Conselho Nacional de Economia* sobre energia nuclear. No primeiro deles, intitulado "A teoria econômica da eletricidade nuclear", fez um estudo preliminar dos componentes do custo do kWh produzido numa central nuclear. Ressaltando desde logo que a predição exata do custo da eletricidade nuclear seria impossível de se determinar até que se acumulasse experiência efetiva de cada tipo determinado de reator, passou a levantar os vários componentes do custo fixo e variável da eletricidade nuclear, para especular a respeito de sua ordem de grandeza e da viabilidade da geração de eletricidade nuclear.

Na conclusão, Dias Carneiro ressaltou que esse estudo dos custos de uma central termelétrica nuclear era impreciso, tanto pela dificuldade na determinação dos componentes do custo quanto pelo fato desses elementos formadores do custo serem variáveis interdependentes. Mesmo levando-se em conta essa imprecisão intrínseca, seria razoável supor que, com a tendência de aumento do preço dos combustíveis fósseis, a substituição da eletricidade gerada de forma tradicional pela eletricidade nuclear seria substancial nos 10 a 15 anos seguintes. Contudo, Dias Carneiro faz a ressalva:

Apesar desta evolução previsível é provável que ainda por muito tempo as centrais nucleares mantenham sua característica de usinas de alto custo de capital e baixo custo de combustível, tanto mais econômicas quanto maior for sua capacidade instalada.²⁵

A conclusão a que poderíamos chegar é que o investimento em geração de energia elétrica nuclear seria de retorno somente no longo prazo, de importância estratégica, face à crise dos combustíveis fósseis prevista no futuro, e somente economicamente viável se atrelado a um programa mais amplo de desenvolvimento econômico geral, que permitisse o aumento da capacidade instalada.

No segundo artigo publicado na *Revista do Conselho Nacional de Economia* em 1959, intitulado

"Eletricidade nuclear e desenvolvimento econômico", Dias Carneiro deu mostras de que entendia que a questão do desenvolvimento econômico no Brasil estava intimamente ligada ao suprimento de energia elétrica abundante e barata e estudou a possibilidade de a energia nuclear ser essa fonte complementar ou substitutiva dos processos tradicionais de geração de energia. O artigo é longo, dividindo-se em quatro partes: na primeira, temos a introdução e as conclusões em linhas gerais; na segunda, Dias Carneiro expôs as relações mais evidentes entre desenvolvimento e o consumo de energia; na terceira, tratou da economia da eletricidade nuclear e da convencional e seus critérios; na quarta e última parte, o estudo se fixou na questão "energia nuclear e desenvolvimento", analisando a formação de capital nacional e o acesso às fontes do capital estrangeiro como fatores necessários para o desenvolvimento pelo aumento do padrão de vida popular. Expôs aí também os programas nacionais de energia nuclear de alguns países.

Dias Carneiro, aconselhou, na última parte do seu trabalho, que os países subdesenvolvidos - caracterizados por terem formação de capital insuficiente e fraca capacidade de importar - que tivessem potencial hidráulico inaproveitado e

próximo ao mercado consumidor, optassem por construir usinas hidrelétricas. Se as duas condições (potencial hidráulico abundante e próximo do mercado consumidor) não existissem, o país subdesenvolvido deveria pensar na opção pela usina termelétrica nuclear, analisando com cuidado todas as vantagens e desvantagens. As vantagens que mais contavam na opção pelas centrais nucleares eram o baixo custo unitário do combustível fissionável em relação ao fóssil e o baixo custo unitário de transmissão. Dias Carneiro chamou atenção, ainda, para o fato de que tais usinas só poderiam operar economicamente em elevado fator de carga e em larga escala, devido a suas economias de escala.

Como conclusão. Dias Carneiro declara:

Desta breve análise das interações entre industrialização em geral e particularmente entre a termelétricidade nuclear e o desenvolvimento econômico, verifica-se a sua complexidade, bem assim como o fato essencial de que a termelétricidade nuclear só terá papel preponderante no desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos se sua aplicação nessas economias for acompanhada do atendimento das condições fundamentais à necessária formação de capital.

É necessário, entretanto, repetir que, se essa formação já tiver sido iniciada ou esteja se processando aceleradamente, o impacto da termelétricidade nuclear tornar-se-á decisivo à industrialização dos países subdesenvolvidos no mundo econômico do futuro.²⁶

Em janeiro de 1959, Dias Carneiro é transferido para a Comissão Nacional de Energia Nuclear, instituída em 1956 no Governo Juscelino Kubitschek e diretamente subordinada ao presidente da República. Nessa época, já se percebia que a geração de energia elétrica por via termonuclear se faria a custos mais elevados do que por aproveitamento dos recursos hídricos e que a nova fonte de energia interessaria mais aos países desenvolvidos, já com seu potencial energético renovável em vias de esgotamento, do que a países como o Brasil, com amplos recursos hidráulicos inexplorados. Por outro lado, o Brasil mostrava-se promissor como detentor de amplas reservas de minerais fósseis.

O Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek incluía a instalação de uma primeira usina termonuclear no Brasil, principalmente para atender à comunidade científica brasileira e para seguir o exemplo dos EUA, que tinham instalado sua primeira usina termonuclear em 1958, a *Yankee Atomic Power Plant*.

Antes mesmo de ser formalmente transferido para a Comissão Nacional de Energia Nuclear, Dias Carneiro foi designado pelo almirante Octacílio Cunha, presidente da entidade em 1958, a viajar juntamente com o Prof. Jonas Corrêa dos Santos para

a Itália. Essa viagem foi feita a convite do Prof. Felice Ippolito, Secretário Geral do Comitato Nazionale per le Ricerche Nucleari (CNRN), ao almirante Octacílio Cunha, para que dois brasileiros - um engenheiro e um economista - especializados na construção e economia de usinas termelétricas nucleares, fossem à Itália a fim de observarem mais de perto o processo que lá se adotara para a elaboração do projeto da central nuclear de Punta Fiume. Ao Prof. Corrêa dos Santos coube observar os aspectos técnicos do programa italiano de energia nuclear em geral e do Projeto Energia Nuclear Sud Italia (ENSI) em particular. A Dias Carneiro coube observar a evolução do Projeto ENSI, do ponto de vista administrativo e econômico, com vistas a extrair dessa experiência inteiramente nova o método, a organização e o sistema a serem adotados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, na execução de seu programa de instalação de centrais nucleares em território brasileiro.

Ao voltar ao Brasil, Dias Carneiro fez uma apresentação à Comissão Nacional de Energia Nuclear, em junho de 1958, relatando a experiência adquirida na viagem; na ocasião, apresentou as seguintes três sugestões: (1) criação de uma sociedade de economia mista, nos moldes da Società Elettro-nucleare Nazionale (SENN), empresa responsável pela

instalação da usina italiana a ser construída perto de Nápoles; (2) criação de um Grupo de Estudo semelhante ao do Projeto ENSI, para estudar a localização da usina, elaborar os termos da concorrência, examinar as propostas e escolher o fabricante do equipamento, o tipo de reator e do combustível mais adequado à geração de energia nas condições técnicas e econômicas locais; e (3) realização dos primeiros entendimentos para que o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) viesse a participar da elaboração do projeto e eventualmente de seu financiamento na parte relativa a suas despesas externas.

As conclusões de Dias Carneiro, tomadas com base na observação da experiência italiana, foram que: (1) a usina brasileira deveria ser de elevada capacidade, para colher a vantagem econômica do custo relativamente baixo de instalação de usinas desse porte, e (2) essa usina só seria rentável se instalada como geradora de carga de base, para fornecimento de energia elétrica a sistema de mercados interligados, tal como existiria em breve na zona de 60 ciclos, comum aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, o que restringiria a escolha da localização dessa usina nuclear de grande porte à região centro-sul do país.

Essa experiência em terras italianas muito serviu a Dias Carneiro quando da formação da comissão de estudos de localização da usina nuclear a ser construída em território brasileiro. Antonio Dias Leite, que participou da comissão de estudos de localização dessa usina, conta da participação de Dias Carneiro no projeto:

No âmbito do governo federal e por iniciativa da CNEN - sob a direção do almirante Octacílio Cunha e do embaixador Dias Carneiro - iniciaram-se os estudos para uma primeira usina nuclear, com potência da ordem de 100 MW, entre o Rio de Janeiro e Santos, estabelecendo-se como área inicial a investigar a foz do rio Mambucaba, na baía de Angra dos Reis. Instituiu-se na CNEN uma Superintendência do Projeto Mambucaba, a cargo do embaixador Dias Carneiro. [...] Os estudos de localização se baseavam na convicção de que uma usina experimental, da qual era razoável esperar-se baixa confiabilidade operativa, teria que localizar-se próxima aos maiores centros de carga elétrica, em relação aos quais o seu suprimento representasse parcela não relevante. Neste estudo de localização não esteve muito em discussão o tipo de reator, cuja escolha deveria ser objeto de outra etapa do projeto.²⁷

Imaginava-se uma usina nuclear refrigerada por água doce, aproveitando a bacia de acumulação da baixada. Segundo Dias Leite, os resultados dos trabalhos confirmaram a sugestão inicial de localização em Mambucaba, mas o projeto não teve prosseguimento. Coincidentemente ou não, a poucos

quilômetros, no mesmo litoral, seria proposta a localização da Usina de Angra, quinze anos mais tarde.

Mesmo depois de passado esse período em que esteve cedido à Comissão Nacional de Energia Nuclear, Dias Carneiro continuou a se interessar pelo assunto e participou de várias conferências internacionais na década de 60 sobre energia nuclear. Por tudo isso, seria lembrado, mesmo depois de muitos anos de sua morte, como um dos especialistas no assunto, junto com o almirante Álvaro Alberto, que mais influíram nos caminhos trilhados pelas decisões referentes à política nuclear brasileira.

**SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS DO
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E MINISTRO DA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Em 1956, o Departamento de Assuntos Econômicos foi criado no Itamaraty, com a inestimável colaboração de Dias Carneiro. Até esse momento, os diplomatas, de modo geral, não opinavam a respeito de economia. Dias Carneiro - junto com outros de sua geração como Roberto Campos, Miguel Osório de Almeida e João Batista Pinheiro - empenhou-se em criar um Itamaraty atuante na área econômica. Eles inauguraram, por assim dizer, uma classe de diplomatas economistas e economistas ilustres, cuja opinião, aos poucos, foi-se tornando imprescindível para os rumos da política econômica no Brasil.

De outubro de 1961 a setembro de 1962, Dias Carneiro ocupou o cargo de secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, após ter ocupado o cargo de chefe de gabinete do ministro da Indústria e Comércio Arthur Bernardes Filho, de janeiro a agosto de 1961. Durante esse período, foi chamado a dar entrevistas à imprensa e a participar de debates e mesas-redondas em várias instituições. A sua imagem de economista sério, bem preparado, que entendia dos

mais variados assuntos e sobre eles opinava com propriedade, se consolidou. Os assuntos mais importantes de que tratou na época foram: formas de intensificação do comércio do Brasil com os países socialistas e com os países da ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) e o rompimento com o Mercado Comum Europeu na Conferência Internacional do Café.

O Presidente João Goulart designou Dias Carneiro para chefe do Grupo de Trabalho para estudar os problemas das relações econômicas entre economias planejadas e economias capitalistas de sistema misto, em fevereiro de 1962, e para presidir o Grupo de Trabalho para estudar as relações do Brasil com a Comunidade Econômica Européia, em março de 1962. Quanto à dinamização do comércio do Brasil com os países do Leste Europeu, Dias Carneiro chegou a sugerir a criação de uma sociedade de economia mista, à semelhança do Conselho Nacional do Comércio Exterior da França, incorporada por associações de classe e particulares, industriais, banqueiros, exportadores e importadores, para negociar com países estrangeiros, principalmente da área socialista. Em relação aos países socialistas, a vantagem seria simplificar os entendimentos, realizar planos de compra e venda, efetuar complementações industriais e negociar, sob amparo

governamental, acordos bilaterais de comércio e pagamento. Paralelamente seria formada uma sociedade bancária ou autarquia, que poderia ser o Banco de Exportação, em tramitação legislativa. Esse órgão destinar-se-ia a conceder créditos de pré-financiamento, suprir capital de giro, bem como oferecer garantias a prazo médio aos exportadores contra riscos de exportação. Alternativamente, o organismo poderia ser formado no Banco do Brasil, com reestruturação das Carteiras de Crédito Agrícola, Câmbio e Comércio Exterior.

Dias Carneiro condenou a criação de um consórcio de natureza estatal, que fora proposto com o nome de Eximbrás, preferindo a criação de uma sociedade anônima. A razão de tal rejeição deveu-se ao fato de que, apesar das dificuldades, o comércio entre o Brasil e os países socialistas vinha crescendo. Os principais obstáculos à expansão do comércio eram a falta de planejamento econômico nacional, pelo lado brasileiro, e a falta de um órgão de governo que concentrasse as informações e servisse de interlocutor competente para as missões diplomáticas e comerciais do Brasil, nos países socialistas. Esses obstáculos não seriam removidos com a criação da Eximbrás, pois a ela faltariam as diretrizes da política econômica nacional, que, por sua vez, só poderiam ser formuladas concatenadamente à luz de um

programa ou plano de desenvolvimento econômico do País como um todo, e não apenas de seu comércio exterior.

A Confederação Nacional do Comércio e o Conselho Nacional de Economia posicionaram-se contra tanto a criação da EXIMBRAS, por achá-la inviável e desaconselhável, quanto a criação da sociedade proposta por Dias Carneiro, por achá-la impraticável pelo volume de recursos técnicos, materiais e monetários que teria de mobilizar. Em lugar dessas propostas, as duas instituições preferiam celebrar acordos bilaterais renováveis.

Em abril de 1962, Dias Carneiro viajou para os Estados Unidos para debater o problema da proteção dos produtos básicos e a influência negativa de comunidades como o Mercado Comum Europeu sobre a economia dos países que viviam da exportação daqueles produtos. Em Washington, participou de uma reunião da Organização dos Estados Americanos sobre compensação financeira da exportação de produtos de base. Depois, em Roma, participou de reuniões da FAO e da CCPCIPB.

A missão terminou em julho, no Cairo, em reunião com países não alinhados para estudar medidas para a defesa dos países em desenvolvimento, prejudicados pelo protecionismo de organizações como o Mercado Comum Europeu. A Conferência do Cairo serviria como

preâmbulo para a Conferência Internacional do Comércio, na ONU, em 1963, para estabelecimento de uma Organização Internacional do Comércio. Entre os assuntos debatidos na Conferência sobre Problemas do Desenvolvimento Econômico, realizada no Cairo com a participação de 35 países, os mais importantes para o Brasil foram os aspectos relativos ao comércio internacional de produtos de base, como café, cacau e petróleo, e o reflexo das integrações regionais (Mercado Comum Europeu e Conselho Consultivo para Assistência Econômica). A Conferência também deu oportunidade a Dias Carneiro, chefe da delegação brasileira, de conhecer o mecanismo de intercâmbio comercial e financeiro existente entre os países do Leste Europeu por intermédio do COMECON. Esse conhecimento seria aproveitado para reformular o comércio bilateral do Brasil com os países da área socialista, na base de um esquema de multilateralidade limitada.

A outra questão importante tratada no período foi o rompimento com o Mercado Comum Europeu devido ao estabelecimento de cotas de importação de café, beneficiando a África em detrimento dos países sul-americanos. O presidente da República e o primeiro-ministro enviaram mensagem à delegação brasileira presente à Conferência Internacional do Café, realizada em agosto de 1962 em Nova York, para que

se retirasse do Comitê que tratava dos obstáculos ao comércio do café.

A proposta do acordo buscado pelo Brasil era a estabilização dos preços do café, pelo ajuste da oferta e da demanda, sem manipular preços, mas estabelecendo cotas de exportação, a fim de estimular a demanda por meio do aumento do consumo nos mercados tradicionais e da conquista de novos mercados. Os obstáculos impostos pelos países importadores da Europa Ocidental restringiriam a procura e as possibilidades de expansão nos mercados tradicionais. O projeto de acordo previa a redução desses obstáculos, fossem eles alfandegários ou impostos internos. A restrição das importações de procedência latino-americana por parte do MCE punha em risco o sucesso do acordo. Os diplomatas encarregados de capitanear a delegação brasileira, Jaime Sloan Chermont, secretário geral de Política Externa, e Octávio Dias Carneiro, secretário-geral adjunto para Assuntos Econômicos, instruídos pelo Governo, afastaram-se das conversações, assumindo uma posição firme em relação à questão.

Cerca de um mês depois, Dias Carneiro assumiu o Ministério da Indústria e Comércio, em 19 de setembro de 1962, permanecendo no cargo até 24 de janeiro de 1963, quando então foi remanejado para a Diretoria-Executiva da Superintendência da Moeda e

do Crédito. No curto espaço de tempo de quatro meses, em que permaneceu no cargo de ministro da Indústria e Comércio, Dias Carneiro deu continuidade ao trabalho que havia realizado como chefe de gabinete do ex-ministro Artur Bernardes Filho, de janeiro a agosto de 1961. Nessa época, reunira-se em torno de Artur Bernardes Filho uma equipe de técnicos e especialistas do mais alto nível, arregimentados por Dias Carneiro. Além dele, na equipe havia também Oswaldo de Miranda Ferraz, como consultor jurídico, que deu um parecer aprofundado sobre os estatutos da Companhia Nacional de Álcalis; Luciano de Souza Leão, como subchefe de Gabinete; João Francisco Guerreiro Barbosa, como elemento de contato com a Companhia Siderúrgica Nacional; Wander Batalha Lima, para tratar do açúcar; Cláudio Luis Pinto, que mantinha contato com o Instituto de Resseguros do Brasil, entre outras coisas; Raymundo de Araújo Castro Filho, que assumiu a Comissão Executiva da Defesa da Borracha; Eduardo Portella Neto, diplomata que servia de elemento de ligação nos negócios da Indústria e do Comércio e cuidava dos problemas dos Institutos Nacionais do Pinho, do Café e do Mate; Marcial Dias Pequeno, como tesoureiro. Essa equipe trabalhou junta até a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, dissolvendo-se em seguida. No entanto, alguns

desses colegas do Ministério da Indústria e Comércio permaneceram amigos de Dias Carneiro e integraram o seu gabinete, quando ele assumiu aquela pasta, em 1962..

SUPERINTENDÊNCIA DA MOEDA E DO CRÉDITO - SUMOC

Em 28 de janeiro de 1963, alguns dias após o plebiscito que restabeleceu no Brasil o regime presidencialista, João Goulart remanejou Dias Carneiro do Ministério da Indústria e Comércio, onde foi substituído por Antônio Balbino, para o cargo de diretor-executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). A SUMOC havia sido criada em 1945 com a finalidade de exercer o controle monetário, fixando os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas de redesconto e da assistência financeira da liquidez, e os juros sobre depósitos bancários. Era também de sua competência fazer requisições de papel-moeda do Tesouro Nacional, tinha a exclusividade dos recebimentos dos depósitos de bancos, dava o abono a novas contas de bancos, casas bancárias e caixas econômicas, autorizava empréstimos garantidos pelo Governo e determinava a compra e venda de ouro ou de cambiais.

Na época, o Banco do Brasil desempenhava as funções de banco do governo, mediante o controle das operações de comércio exterior, o recebimento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos comerciais e a execução de operações de câmbio em nome de empresas públicas e do Tesouro Nacional, de

acordo com as normas estabelecidas pela SUMOC e pelo Banco de Crédito Agrícola, Comercial e Industrial. O Banco do Brasil e a SUMOC dividiam, pois, as atribuições de um Banco Central até a criação deste em 1964.

Dias Carneiro substituiu Otávio Gouvêa de Bulhões no cargo de diretor-executivo da SUMOC com a responsabilidade de empreender uma reforma radical no órgão. Tal projeto de reforma tinha sido elaborado a quatro mãos pelo próprio Dias Carneiro e pelo ministro da Fazenda San Tiago Dantas e visava a dar um caráter mais dinâmico à SUMOC, imprimindo-lhe condições de execução satisfatória da política monetária do governo. Segundo tal projeto de reforma, a SUMOC seria transformada em Conselho de Política Monetária, integrado por nove membros e contando com quatro Câmaras (Redescontos, Câmbio, Cacex e Mobilização Bancária), em que se transformariam as principais Carteiras do Banco do Brasil. Com a modificação, o Banco do Brasil seria esvaziado de suas funções de co-gestor da política monetária.

A idéia da reformulação geral nascera um mês antes, em dezembro de 1962, quando, pela primeira vez, Dias Carneiro tinha sido consultado pelo Ministro das Relações Exteriores Hermes Lima, para dirigir aquele órgão. Dias Carneiro fez, por

escrito, uma relação dos motivos pelos quais não gostaria de ir para a SUMOC, expondo seus pontos de vista de como a SUMOC deveria funcionar. O documento, levado ao presidente João Goulart e depois ao ministro San Tiago Dantas, marcou as linhas da reforma proposta. O presidente João Goulart dispôs-se a dar atenção especial a essa reforma das autoridades monetárias, percebendo que o sucesso de seu Plano Trienal dependeria fundamentalmente da coordenação dessas autoridades.

O ministro da Fazenda San Tiago Dantas, com o intuito de centralizar a equipe técnica de apoio ao plano do governo, reuniu, no Palácio da Fazenda, no Centro do Rio de Janeiro, o gabinete do ministro da Indústria e Comércio, a SUMOC e a CACEX, no 6º andar, e o gabinete do ministro sem pasta para Assuntos de Planejamento Celso Furtado. No Ministério da Fazenda ficou, então, concentrada toda a máquina de controle financeiro e econômico, à exceção do Banco do Brasil, para que esses vários órgãos pudessem desenvolver um trabalho harmônico.

Uma das primeiras atribuições dessa equipe técnica, chefiada pelo ministro San Tiago Dantas, foi o encontro com o senhor Herbert May, subsecretário de Estado norte-americano, para apreciação do plano de estabilização do governo

brasileiro e conversações com vistas às negociações financeiras Brasil-EUA, que seriam concluídas em Washington em março de 1963, pelo ministro San Tiago Dantas. O assunto central dos debates foi a dinamização da Aliança para o Progresso e as reivindicações brasileiras no programa de ajuda externa dos EUA, para financiamento de projetos específicos sob a coordenação programada do Brasil. Dessas reuniões participaram, além da delegação norte-americana e do ministro San Tiago Dantas, o embaixador Dias Carneiro, diretor-executivo da SUMOC, e outros técnicos e diplomatas. Estava em discussão também a encampação das empresas norte-americanas do setor elétrico *Bond & Share* em São Paulo, pelo Governo brasileiro. Isso mostra a importância dada pelo governo e pelo ministro da Fazenda a essa equipe de técnicos de alto nível, de que se tinham cercado.

Em março de 1963, o presidente João Goulart incumbiu Dias Carneiro de redigir um decreto-executivo, traduzindo em miúdos e explicando claramente as novas instruções sobre seleção e prioridades de crédito. Esse decreto-executivo foi publicado no dia seguinte à volta do Sr. San Tiago Dantas de sua missão aos EUA.

Dias Carneiro foi também convidado a explicar a política monetária do Plano Trienal aos futuros

diplomatas do curso de extensão cultural do Instituto Rio Branco, em abril de 1963. Nessa palestra explicou que o Plano Trienal objetivava principalmente assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional da ordem de 7 por cento ao ano e reduzir progressivamente a pressão inflacionária de modo a se aproximar de 10 por cento em 1965. Em suma, o objetivo do Plano Trienal era tentar a deflação sem prejudicar o desenvolvimento econômico do país, contrariando fundamentalmente os princípios do FMI.

Para 1963, os objetivos do Plano Trienal eram os seguintes: (a) a planificação estrita da despesa pública e a expansão da receita, de modo a contrair-se o déficit do Tesouro Nacional; (b) a limitação das emissões de papel-moeda e a contenção da expansão do crédito pelo Banco do Brasil, com a seleção das aplicações pelo sistema bancário geral; (c) a adoção de uma política que permitisse aumentos salariais médios superiores ao crescimento admitido do produto interno bruto nominal; (d) o reescalonamento da dívida externa com os organismos financeiros internacionais, agências governamentais dos EUA e dos países da Europa Ocidental e com os banqueiros privados estrangeiros. Dias Carneiro ressaltou que o governo teria controle direto ou indireto sobre todos os itens, exceto o último. Em

seguida, comentou sobre as Instruções 234 e 235 da SUMOC, que regulamentaram as operações do Banco do Brasil, dizendo que a contração do mercado de crédito era resultante da expectativa de medidas monetárias e creditícias. Afirmou, no entanto, que essa expectativa era improcedente e previu um desafogo nos mercados de crédito do Rio de Janeiro e de São Paulo. O entesouramento, medido pela diferença entre o caixa dos bancos e dinheiro em circulação, apesar da situação inflacionária da economia, era espantosamente alto, devido à insegurança da população quanto às medidas que supostamente viriam.

As Instruções 239 e 242 da SUMOC, baixadas em seguida, tiveram grande repercussão na opinião pública. A Instrução 239 autorizava o diretor da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil a fixar um aumento das taxas cambiais de compra e de venda em Cr\$600 e Cr\$620 por dólar, respectivamente, desvalorizando o cruzeiro. A justificativa da SUMOC era que a taxa de câmbio vinha dificultando e desestimulando as exportações, ao mesmo tempo que animava as importações e beneficiava as remessas financeiras para o exterior. Os efeitos previstos da medida eram os seguintes: aumento substancial do valor em cruzeiros das exportações brasileiras, sendo que produtos como algodão, milho, carne e

produtos manufaturados poderiam ser vendidos com lucro para o produtor e o exportador brasileiro aos preços internacionais vigentes e desestímulo à expansão das importações. Apesar de os círculos financeiros terem reagido timidamente de imediato à Instrução 239, é significativo ressaltar que foi a primeira vez na história cambial do Brasil que as taxas foram fixadas mediante uma Instrução pelo Conselho da SUMOC e não, como era de praxe, indicadas pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

O jornal *Diário de São Paulo* definiu a medida como "providência de alto alcance", tanto no que dizia respeito à correção das antigas distorções cambiais - correção iniciada com a supressão dos subsídios de que gozavam o trigo e o petróleo - como também no que se referia à moralização das operações de câmbio. Tal moralização dizia respeito à cobrança do "boneco", margem de lucro auferida pelos meios bancários no comércio importador, considerada por Dias Carneiro como recurso fraudulento, que concorria para a diminuição do peso das divisas necessárias às importações. Antes da Instrução 239, os importadores precisavam pagar o "boneco" aos bancos particulares, ou assumindo uma despesa que não se lançava na composição de custos, causando a elevação artificial dos lucros, se o importador

fosse indústria de responsabilidade que precisava adquirir matérias-primas no exterior, ou lançando mão de prática de sonegação, com escrituração viciada. Sendo assim, a Instrução 239 foi recebida como providência capaz de ativar as exportações e de moralizar o mercado de maior envergadura, que visava à estabilização financeira do país, mediante a correção das distorções existentes no plano financeiro e cambial. O mesmo jornal frisa:

A Instrução 239, ao contrário de medidas oficiais idênticas anteriormente adotadas, não provocou corrida para a compra de moedas estrangeiras, com o receio de que o cruzeiro sofresse um processo contínuo de desvalorização. O que estamos presenciando é a estabilização. Causa: confiança (para alguns: receio) na firmeza da ação governamental. E é isso - conforme se assinala - o de que precisamos para atingir a almejada estabilização.²⁸

Houve aplausos, mas também houve críticas à Instrução 239. Os aplausos foram mais vigorosos, pela opinião quase unânime de que a taxa estava fixada artificialmente baixa. Tratava-se, no entanto, de medida de emergência, que precisava ser complementada com outras medidas de política econômica, para que a taxa cambial não tivesse que ser novamente reajustada pouco tempo depois, aquecendo a inflação. Dias Carneiro, apesar de acatar a decisão do ministro San Tiago Dantas, foi contrário à Instrução 239, assim como o ministro Celso Furtado, quando consultado pela Junta

Executiva da SUMOC a respeito do assunto, por ser medida de caráter essencialmente monetarista, mais ao estilo de Octávio Gouveia de Bulhões, a quem a medida agradou em cheio.

De 29 de abril a 10 de maio de 1963, Dias Carneiro participou da XI Sessão da Comissão Internacional de Produtos de Base, em Nova York, e lá anunciou duas resoluções, de iniciativa da delegação brasileira e que tinham sido aprovadas na IV reunião de governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento - à qual comparecera na qualidade de chefe da delegação brasileira. A primeira determinava que a diretoria executiva elaborasse o regulamento de execução de um programa de financiamento das exportações dos países latino-americanos, empregando recursos do BID. A segunda resolução se referia à possibilidade de o Banco vir a refinarçar, a prazo mais longo, dívidas já vencidas dos países da América Latina, seja dentro dos mecanismos de estabilização de receita de exportações e de compensação pelas perdas dessas receitas por países exportadores de produtos primários, seja dentro do próprio mecanismo do Fundo Monetário Internacional. As delegações brasileira e sueca tiveram atuação de destaque na XI sessão da CCPCIPB, apresentando a proposta de análise dos casos específicos de países com dificuldade em

saldar suas dívidas dentro das condições do FMI. O Brasil já vinha assumindo essa posição de destaque nos estudos de refinanciamento das dívidas de países subdesenvolvidos desde 1955, na criação da CCPCIPB, por proposta do Brasil e da Argentina no Conselho Econômico e Social. Tinha sido também por sugestão inicialmente feita pelo Brasil e pelo Paquistão que, em 1959, a Assembléia Geral das Nações Unidas tinha aprovado estudos para criação de um fundo de seguro das exportações que compensasse as perdas da receita de exportação de países subdesenvolvidos. Tinha sido ainda por sugestão do Brasil que se tinha introduzido na Carta de Punta Del Este, em agosto de 1961, a necessidade de estudos para a estabilização da receita de exportação de países latino-americanos, que mais tarde se transformaria na proposta da Organização dos Estados Americanos, para o âmbito mundial. Muito desse esforço devia-se à atuação que Dias Carneiro vinha tendo em conferências internacionais, na defesa dos interesses não só do Brasil, como de todos os países subdesenvolvidos em conjunto. O reconhecimento desse esforço havia reconduzido, pela terceira vez, Dias Carneiro à presidência da CCPCIPB, com mandato de maio de 1961 a maio de 1963.

Em maio de 1963, Dias Carneiro prestou esclarecimentos à imprensa, numa entrevista coletiva

no Ministério da Fazenda, quanto à visita da missão do Fundo Monetário Internacional ao Brasil, que estava ocorrendo naquele momento. Dias Carneiro foi nomeado chefe do Grupo de Trabalho para assessoria da missão do FMI. Segundo explicou, a visita da missão do FMI era decorrência do artigo 14 do Fundo, que previa que o país que tivesse restrições cambiais deveria colher, anualmente, uma missão para analisar os motivos que haviam determinado essas restrições. A primeira missão do FMI ao Brasil tinha vindo em fevereiro de 1962. e a segunda era a que se encontrava então no país. O objetivo específico da missão era constatar a limitação do déficit orçamentário, o saneamento do crédito bancário e a política salarial do governo. A importância da missão, no entanto, estava na aplicação das novas medidas de crédito adotadas pelo FMI em fevereiro de 1963, que estabeleciam condições menos rigorosas de acesso a financiamento pelos países exportadores de produtos primários. A visita era uma espécie de teste nas conversações da missão com o Brasil, já que o país pleiteava esse tipo de financiamento.

Em junho de 1963, com o afastamento de San Tiago Dantas do Ministério da Fazenda, Dias Carneiro apresentou pedido de demissão do cargo de diretor-executivo da SUMOC, por ser cargo de confiança do ministro da Fazenda. Foi sondado seriamente para

assumir o cargo de ministro da Fazenda mas recusou, alegando não ter condições de saúde para exercê-lo. Foi cogitado que Dias Carneiro assumiria o posto de embaixador em Washington no lugar de Roberto Campos, o que lhe agradava mais do que o cargo de diretor-executivo da SUMOC. Depois de muitos boatos, Dias Carneiro permaneceu na SUMOC, sob o comando do novo ministro da Fazenda Carlos Alberto de Carvalho Pinto, que não aceitara o seu pedido de exoneração.

Em final de junho de 1963, é baixada a Instrução 242 da SUMOC, de grande importância para a indústria nacional de bens de capital. Essa Instrução proibia a importação, sem cobertura cambial ou mediante financiamento, de quaisquer máquinas e equipamentos que tivessem similares nacionais, e satisfazia uma aspiração manifestada pela indústria nacional, que se via em situação de clara desvantagem frente aos concorrentes externos. Tal Instrução visava não só a proteger a indústria nacional de bens de capital, como também a reduzir o déficit do balanço de pagamentos, com o intuito de não aumentar a dívida externa brasileira nos anos seguintes. A Instrução 242 era, na verdade, uma tentativa de minimizar os efeitos da Instrução 113 da SUMOC, baixada quando o órgão ainda tinha uma direção mais reacionária. A Instrução 113 admitidamente protegia o capital estrangeiro contra os investimentos nacionais. O

editorial de Adalgisa Nery, para o jornal *Última Hora*, em 17/07/63, parabeniza a SUMOC chefiada por Dias Carneiro pela mudança de orientação:

Algumas vezes confundimos órgãos governamentais com as pessoas que os dirigem, e certas instituições passam a ser símbolo das atividades ou posições que efetivamente pertencem às pessoas que em certos momentos a dirigiram. Assim é, por exemplo, a SUMOC. Durante muito tempo foi dirigida pelo que há de mais reacionário nesse País. Foi desse órgão a famosa Instrução 113, admitida para proteger o capital alienígena contra as inversões dos brasileiros, numa evidente deturpação do que devem ser as finalidades de um órgão governamental. [...] Os homens mudam, mas as instituições herdam a fama perante a opinião pública. Erro evidente, pois novos dirigentes podem perfeitamente modificar atitudes e passar a atender aos interesses do Brasil.

É o que ocorre no momento com a SUMOC. Empossada, a nova direção cuidou imediatamente de reformular todas as agressões ao capital nacional e também os conceitos até então vitoriosos pelas nossas tradicionais áreas de comércio internacional. Assim é que há alguns dias o Conselho da SUMOC aprovou uma Instrução - a 242 - que terá obrigatoriamente que passar à história de nossa política econômico-financeira. Por ela obtivemos vitória indiscutível sobre a desnacionalizadora Instrução 113, contra a qual lutamos durante vários anos. [...] ²⁹

Em julho de 1963, Dias Carneiro pediu demissão após se indispor com o ministro da Fazenda Carvalho Pinto, que lhe enviava "bilhetinhos" ordenando

providências. Há muito, Dias Carneiro expressava o desejo de assumir posto no exterior e de se afastar de cargos no primeiro escalão do governo, que lhe traziam muitos aborrecimentos e depauperavam a sua saúde debilitada. A falta de boa comunicação com o então ministro foi a gota d'água para a decisão de se afastar do cargo. No entanto, nele permaneceu até maio de 1964, já sob o novo regime, quando pediu exoneração e foi substituído por Dênio Nogueira.

Sua passagem pela SUMOC, apesar de curta, foi marcada pela mesma orientação que assumiu em outros cargos: a busca de soluções para a crise econômica que evidenciassem a sua posição nacionalista e desenvolvimentista. Recebeu algumas críticas por não parar muito em sua sala no Ministério da Fazenda. Quando percebemos, no entanto, que simultaneamente ao cargo de diretor-executivo da SUMOC, exercia outros em organismos e conferências internacionais, que o obrigavam a viajar com freqüência, entendemos a denominação de "pau para toda obra" que um jornal da época lhe atribuiu.

PRODUÇÃO ACADÊMICA

Além de ocupar vários cargos no primeiro escalão do governo, Dias Carneiro teve uma produção acadêmica significativa, sendo o primeiro brasileiro a obter o grau de Doutor em Economia, em maio de 1951, no *Massachusetts Institute of Technology*. Sua tese, intitulada *A study on the theory of international economic organization*, constituiu a base teórica sobre a qual construiu a sua atuação como membro ou chefe das delegações brasileiras a reuniões ou conferências de organismos internacionais, a partir de 1954, sempre defendendo com vigor os interesses dos países menos desenvolvidos.

O objeto de sua tese de doutorado era traçar, a partir de suas raízes filosóficas, os julgamentos de valor para a dedução das condições de equilíbrio estável ótimo da ação econômica. A tese partia da concepção fenomenológica da consciência como uma manifestação da intencionalidade de um sujeito em relação a um objeto e prosseguia por meio de uma teoria da ação como processo normativo de orientação da conduta social, de uma situação inicial até um fim desejado. Da aplicação dessa teoria da ação social aos processos econômicos, emergiria a conclusão de que um sistema econômico, nacional ou

internacional, estático ou dinâmico, desde que fosse considerado uma forma de atividade social e não um puro mecanismo, não poderia atingir uma posição ótima ou caminho de equilíbrio na ausência de pressupostos explícitos ou implícitos relativos a decisões éticas politicamente determinadas ou juridicamente implementadas nas últimas instâncias da ação econômica. Essa teoria seria, na parte final da tese, traduzida numa política e num conjunto mínimo de decisões éticas propostos como uma base geral, mas suficientemente inclusiva, para uma organização econômica internacional possível, eficaz e adequada dos esforços nacionais, com vistas à expansão, à estabilidade e à paz.

A tese partia da constatação da seguinte problemática: existe um conflito entre as ideologias econômicas das soberanias nacionais em separado e o interesse geral da comunidade internacional, com o intuito de se alcançar a estabilidade econômica e política. A premissa da tese era que as nações estão, em geral, interessadas em atingir a ordem em suas relações econômicas internacionais, mas que essa coincidência de interesses nem sempre indica vontade ou capacidade dos governos de implementar, em termos nacionais, as medidas específicas que a situação internacional exige. O impasse se resolveria com a possibilidade de uma solução

normativa de Estados soberanos independentes concordarem em criar e apoiar uma organização econômica internacional adequada, capaz de elaborar e executar uma norma legal para a ação econômica internacional. Tal organização econômica internacional seria construída sobre um contrato internacional que abrangesse num instrumento jurídico esses pressupostos e normas derivadas.

Deve-se ter em mente que a época era o pós-Guerra, quando se percebeu, mais do que nunca antes, por força das circunstâncias, que a crença numa ordem econômica que fluía da natureza, de Deus ou da razão humana não dava mais conta da realidade, nem evitaria um novo conflito. Foi a época da criação da maioria dos organismos internacionais preocupados em regular as trocas entre países ou promover a paz mundial. As normas gerais de conduta econômica não eram difíceis de serem acordadas, nem os tratados básicos entre governos difíceis de serem ratificados. O conflito surgia quando as normas gerais tinham que ser aplicadas a instâncias específicas e cruciais da realidade econômica. Dias Carneiro explica a questão da aplicabilidade das normas e da implementação das recomendações:

Internally, a conflict of applicability of the law is solved by legal interpretation and coercion, but since the normative authority of international economic organizations is based rather upon the evidence of the

necessity for international cooperation than upon a coercive power or an interpretative capacity that they do not possess, both their effectiveness and adequacy depend upon the ability or willingness of member governments domestically to implement specific recommendations issued by these organizations. Although the observance of the norm is technically, and even sincerely, warranted with the member government's ratification of the terms of agreement, a specific recommendation of the organization may not in all cases be internally applied by the member government if it does not conform with the national economic ideology of the country concerned.³⁰

Assim sendo, segundo Dias Carneiro, a única possibilidade de as organizações econômicas internacionais realizarem uma ação econômica internacional eficaz, adequada e normativa, num mundo de Estados soberanos independentes, mas interdependentes, seria a concordância dessas nações num conjunto de pressupostos econômicos: (a) não baseados exclusivamente nas premissas de uma ideologia econômica nacional específica, mas ampla o bastante para incluir pelo menos algumas das instituições e doutrinas dos sistemas econômicos principais; (b) precisos o bastante para permitir que as normas derivadas desses pressupostos fossem aplicadas especificamente pelas políticas econômicas nacionais, de forma que sua aceitação ou rejeição fosse baseada não em imposição ou necessidade, mas sobre a livre escolha; (c) verificáveis o bastante não para que pudessem constituir um compromisso simples, mas para servirem como fundamento e base

para expressar um julgamento desapassionado sobre o valor das políticas econômicas nacionais que fossem incompatíveis com o alcance de uma ordem econômica internacional.

Apesar de a tese ser teórica, uma busca de derivação do ponto ótimo do equilíbrio de trocas e do ponto ótimo de equilíbrio de produção, necessários para se alcançar um máximo bem-estar econômico internacional, sua parte final é dedicada à proposta de medidas concretas para uma política de bem-estar econômico internacional. Como o próprio Dias Carneiro definiu, sua tese seria "a calculus with an ethical interpretation"³¹. A conclusão ética de seus cálculos matemáticos foi que:

If the objective of the economic action is to maximize individual satisfaction (minimize individual dissatisfaction), welfare is that which increases (decreases) whenever one or more individuals become more (less) satisfied without any other individuals becoming less (more) satisfied; similarly, if the objective of the economic action is to maximize output (minimize input), welfare increases (decreases) whenever one output increases (decreases) other outputs and inputs being constant, or when less (more) of any input is spent for the same amounts of all other inputs and outputs. These norms define what is sometimes called the justice of a specific economic system.³²

Assim sendo, quando o sistema econômico empírico a ser normativamente regulado admite, tecnológica ou psicologicamente, a existência de economias ou

deseconomias de escala na produção e no consumo, a justiça social de um sistema de equilíbrio geral só poderá ser retomada mediante redistribuições deliberadas da renda real, realizadas de acordo com critérios éticos politicamente determinados e juridicamente implementados na economia em questão. Isso foi o que ele chamou de "princípio da compensação".

A aplicação internacional do princípio da compensação se daria da seguinte forma: sempre que a quantidade de qualquer produto (fator) produzido (gasto) se desviasse de sua quantidade de equilíbrio, um tributo (subsídio) compensatório seria o valor do poder de compra abstrato ou da renda real na forma de mercadorias que, quando cobrado de (concedido a) um dado indivíduo, o deixasse na (mesma) situação de indiferença em que teria ficado se o deslocamento do equilíbrio ótimo não tivesse acontecido. Se substituirmos "indivíduo" por "país", entenderemos como o princípio da compensação seria aplicado em nível internacional:

If an international economic agency could collect enough revenue from those countries whose economic welfare increased due to real national income variation, without making any of them worse off than they would have had the welfare increase not occurred, in order to compensate fully those countries harmed by the variation abroad, leaving them as well off as they would have been in the absence of such variation, and retain a surplus, it

could, by distributing this surplus, increase world welfare.³³

Muitos obstáculos, porém, deveriam ser ultrapassados para que os pagamentos compensatórios fossem corretamente efetuados nas trocas e em níveis tecnológicos da ação econômica nacional ou internacional. Para concluir, Dias Carneiro estende o seu modelo de equilíbrio estático para um modelo de equilíbrio dinâmico, para encontrar o ponto ótimo de maximização do bem-estar mundial, com as economias funcionando a pleno emprego. Chega, então, às seguintes recomendações para a agência econômica internacional que regularia o acordo internacional de bem-estar:

(a) os Governos nacionais precisariam adotar, em conformidade com suas ideologias econômicas nacionais específicas, regras de compensação baseadas em sistemas de tributos e subsídios mais adequados à situação política, econômica e tecnológica de cada país;

(b) isso serviria como um indicador de bem-estar, pois o bem-estar nacional seria máximo quando o valor presente de um fluxo de pagamentos compensatórios de tributos-subsídios fosse negativo para cada redistribuição alternativa de renda nacional real;

(c) quando o bem-estar fosse maximizado em todos os países participantes, o bem-estar mundial seria máximo e, assim, o sistema internacional de multas e prêmios que, como um sistema de tributos e subsídios, a agência econômica internacional impusesse a cada membro como uma escala de comportamento de política, indicaria um valor negativo para cada outra organização econômica internacional alternativa;

(d) o bem-estar mundial seria aumentado, diminuído ou deixado inalterado por uma reorganização econômica internacional quando a soma algébrica de todos os tributos e subsídios compensatórios recolhidos ou concedidos aos países membros, de acordo com a escala universalmente adotada de políticas econômicas nacionais, fosse positiva, negativa ou zero.

Dias Carneiro reconhece o tanto de utopia que existia nessas recomendações e, ao final de sua tese, concorda que o equilíbrio entre blocos de países seria mais factível do que entre países isolados:

Failing satisfactory world-wide agreement between countries pursuing full employment policies and countries pursuing optimal distributional schemes, and since unplanned multilateralism is unlikely to compensate with gains the losses arising from the recurrence of fluctuations, countries will tend either to isolationism with greater mutilations of international division of

labor or to a conscious policy of block regionalism. A rule, then, may be formulated: the larger the block the smaller will be the loss from foregoing the potential increase in welfare to be derived from international specialization of economic effort. Small and poor countries will very likely be the most vocal opponents of unplanned multilateralism, and they will tend to form coalitions to face the highly imperfect character of international markets for manufactures.³⁴

Essa análise teórica da organização econômica internacional, altamente influenciada por Paul Samuelson, que resultou na conclusão última de que os prejuízos dos países menos desenvolvidos deveriam ser compensados para se alcançar um ponto ótimo de equilíbrio na divisão internacional do trabalho, permearia a atuação de Dias Carneiro nos fóruns internacionais, nas décadas de 50 e 60, na defesa constante dos interesses do Brasil e de outros países subdesenvolvidos. A necessidade de planejamento e de se elaborar políticas de longo prazo fica também clara nas conclusões de sua tese, necessidade esta defendida por Dias Carneiro até o seu falecimento.

Os dois outros dos mais importantes trabalhos acadêmicos realizados por Dias Carneiro foram *The international monetary reform and the developing countries* (dezembro de 1965) e *Past trends in the structural relationships of the Brazilian economy 1920-1965* (maio de 1966), quando de sua passagem pelo *Center for International Affairs*, da

Universidade de Harvard, em Boston, EUA, como professor convidado no ano letivo de 1965-66.

The international monetary reform and the developing countries surgiu em resultado das análises do Grupo de Peritos, do qual Dias Carneiro fez parte, que se reuniu em outubro de 1965, na sede das Nações Unidas em Nova York, por resolução da I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), realizada em 1964, em Genebra, para pensar as questões monetárias internacionais relativas aos problemas de comércio e desenvolvimento, devotando atenção particular às necessidades dos países em desenvolvimento em seu comércio com outros países em desenvolvimento e com o resto do mundo.

O trabalho apresenta uma proposta concreta potencialmente aberta a todos os membros do FMI, incluindo também o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) como intermediário no estabelecimento de uma relação entre criação de reservas e transferência de recursos reais para fomentar o desenvolvimento, oriundos de países desenvolvidos e destinados a países em desenvolvimento. De acordo com tal proposta, o papel do FMI seria revisto: o FMI criaria novos ativos em forma de reservas, a serem chamados de Unidades de Fundo, que seriam

distribuídos por meio de linhas de crédito negociadas por intermédio do FMI, que teria a oportunidade de financiar o desenvolvimento. Em troca de Unidades de Fundo, o FMI adquiriria moedas de países membros, principalmente países desenvolvidos, e emprestaria parte delas ao BIRD e suas filiadas, como a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), para investimento nos países em desenvolvimento, recebendo títulos do BIRD em troca.

Isso seria parte da reforma monetária internacional a ser implementada para minimizar os problemas do sistema monetário internacional, classificados em dois grandes grupos inter-relacionados: (1) problemas de curto e médio prazos de coordenação e cooperação econômicas, tais como os relativos à liquidez internacional dos países, taxas de câmbio, reservas monetárias e de crédito, ajustes no balanço de pagamentos, movimentos internacionais de capitais de curto prazo e o papel do Fundo Monetário Internacional; e (2) problemas de longo prazo de crescimento econômico e financiamento e auxílio ao desenvolvimento, tais como problemas relativos à acumulação de capital, poupanças e investimento, crescimento e capacidade de financiamento dos países desenvolvidos, o financiamento do déficit comercial dos países em

desenvolvimento, suas taxas de crescimento econômico pretendidas, sua capacidade de tomar empréstimos, movimentos de capital de longo prazo e o papel do BIRD.

As conclusões do Grupo de Peritos da UNCTAD, incluídas no trabalho de Dias Carneiro e divulgadas na mesma época com o título *International monetary issues and the developing countries* foram: (1) a reforma monetária internacional deve ocorrer simultaneamente com, e deve facilitar, a adoção de políticas comerciais e de ajuda econômica que deveriam contribuir para a solução do problema de desequilíbrio estrutural dos países em desenvolvimento; (2) o nível geral das reservas é inadequado ou na iminência de se tornar inadequado; (3) os países em desenvolvimento têm uma necessidade legítima e imperiosa de liquidez adicional. Isso deve ser provido, em parte, pela expansão das reservas e, em parte, pelo aumento da quantidade de facilidades de crédito disponíveis provenientes do Fundo Monetário Internacional e de outras fontes; (4) é exeqüível e desejável estabelecer uma ligação entre a criação de liquidez internacional e o fornecimento de financiamento do desenvolvimento, sem detrimento de ambos os processos; (5) a reforma do sistema monetário internacional deveria ser realmente internacional; (6) os países em

desenvolvimento deveriam ser representados nas discussões da reforma monetária e na operação dos novos acordos, em conformidade com seus interesses e preocupações.

A contribuição de Dias Carneiro para os trabalhos do Grupo de Peritos pode ser avaliada pelas palavras de reconhecimento do secretário-geral da UNCTAD na época, Raúl Prebisch:

I should like to extend to you my deep appreciation for your contribution to the meetings of the Expert Group on International Monetary Issues. I am sure that the report of the group marks an important stage in the discussions leading up to the reform of the international monetary system, and that it will have a most salutary effect on these discussions.

I very much regret that it was not possible for me to leave the meeting of the Trade and Development Board that coincided with the last meeting of the expert group. I should very much have liked to bid the group farewell and extend my thanks to you in person, but I hope that this letter will convey my best wishes and gratitude.³⁵

Já *Past trends in the structural relationships of the Brazilian economy 1920-1965* foi o resultado de mais de quinze anos de pesquisa sobre o desenvolvimento econômico do Brasil entre 1920 e 1966, pesquisa esta que se iniciara em 1957, quando ainda estava no Conselho do Desenvolvimento do Governo Kubitschek. Esse desenvolvimento foi analisado pelos seus reflexos na formação e variações do Produto Interno Bruto brasileiro no

referido período. Dias Carneiro aponta uma coincidência entre crescimento da economia e a taxa de inflação. Ele não a chamou de correlação, pois diz que lhe faltavam dados para tanto. Segundo suas conclusões, parecia estar entre 12% e 14% por ano a taxa inflacionária mais conducente a um incentivo de investimentos e, portanto, ao aumento do Produto Interno Bruto acima de 5% por ano. Entre 15% e 18% por ano de inflação, já começavam a se manifestar sinais de declínio no crescimento econômico do país. Essas observações seriam suficientes para afirmar que, na política monetária brasileira, as autoridades monetárias não conseguiam resistir por muito tempo às pressões políticas, econômicas e sociais para expandir os meios de pagamento e desvalorizar o câmbio. Chamou a atenção para o fato de serem estruturais as fontes de inflação, enquanto são monetários os caminhos de propagação.

Nesse mesmo trabalho, Dias Carneiro acompanha e analisa as séries históricas referentes aos preços e estoques de café, às remessas líquidas a fatores no exterior, à despesa total de consumo, à formação bruta de capital e às exportações e importações. Faz também uma tentativa de projeção do Produto Interno Bruto, apesar de ressaltar que naquele momento dispunha de poucos dados para embasar essa projeção.

Dias Carneiro iniciou a tradução desse trabalho elaborado em Harvard, com vistas à sua publicação. Como não concluiu a tradução antes de morrer, o trabalho nunca veio a ser publicado. Aliás, nenhum de seus trabalhos acadêmicos, apesar de sua relevância para os problemas brasileiros e internacionais e profundidade de análise, jamais chegou a ser publicado.

DEPOIMENTOS DE CONTEMPORÂNEOS

"A minha impressão dele é excelente, um homem de muito caráter, muito opinativo, de uma inteligência excepcional. Dedicava-se aos mais variados assuntos, tinha muito boa formação, o que lhe deu um conhecimento muito vasto, um conhecimento universal. Era um cidadão excepcional, porque as opiniões dele eram muito fundamentadas, não eram apenas um palpite, mas tinham um determinado fundamento. A minha opinião sobre o Carneiro é a mais elogiosa possível. Tenho muita saudade dele".

Joaquim Ferreira Mângia

"O próprio do Dias Carneiro, era o fato de ele ter uma personalidade muito complexa, muito diversificada. Era um diplomata extremamente competente, tanto do ponto de vista operacional quanto da cultura apropriada para a diplomacia, que

ele comandava totalmente, uma visão histórica, sociológica, econômica das coisas muito competente. E, ao mesmo tempo, ele tinha linhas paralelas de grande interesse, que era a linha matemática, a linha física e a linha de engenharia. Ele era um homem muito inteligente, muito preparado, com grande espírito público, uma figura da melhor qualidade e tinha um grande prestígio entre seus colegas, era muito respeitado, muito admirado. Era uma pessoa modesta, não era um homem soberbo".

Helio Jaguaribe

"Ele era um trabalhador, uma pessoa que trabalhava com afinco, incansável! Era uma de suas características, além da inteligência e da cultura, a grande capacidade de trabalho. Era uma pessoa afetuosa, mas sem derrames. Não quero dizer a palavra "seco", não era seco, - estou à procura de uma palavra correta - no relacionamento com as pessoas, ele era uma pessoa contida. Gostava de tudo na justa medida. Nunca o vi ter raiva de ninguém, não era uma pessoa que se entregasse a esses excessos de sentimentalismo, de odiar alguém ou ficar com raiva. Realmente nunca vi nada de inimizade dele com ninguém. Não sei se era por vontade ou simplesmente por gosto estético".

Mario Gibson Barboza

"O Dias Carneiro fez parte da fase heróica da economia brasileira. A economia no Brasil começou com o Gudin, com a fundação da Faculdade de Economia da Universidade do Brasil em 1944, e depois se formou no Itamaraty uma outra geração que começou a se interessar por economia, o diplomata tinha tempo para estudar. Nesse período, as figuras mais representativas foram o Dias Carneiro, o Miguel Osório de Almeida, o Roberto Campos e o João Batista Pinheiro. Foram os que mais se destacaram no Itamaraty, que formou uma verdadeira elite, com pessoal de primeiro nível. Todo mundo era desenvolvimentista, com visão de longo prazo. Uma fase heróica".

João Paulo de Almeida Magalhães

"O Dias Carneiro tinha grandes virtudes e tinha também algumas coisas interessantes. Ele se irritava com facilidade, sobretudo quando pressentia que a mediocridade tendia a prevalecer. Nessas ocasiões, recolhia-se dentro de si mesmo e transformava-se numa pessoa gelada. Tinha um cérebro muito privilegiado, que eu chamo de cérebro global. Tinha

todas as partes arrumadas lá no seu "computador" e, quando precisava, ele puxava o arquivo certo, para dar uma opinião bem fundamentada sobre o assunto, além de ter uma formação matemática privilegiada".

Jayme Magrassi de Sá

"Ao escrever o nome de Octávio Augusto Dias Carneiro veio-me à lembrança uma fisionomia tranqüila, de alguém que encarava os problemas da vida com serenidade e um ponto de *humour*. Deixou-nos cedo: na verdade fez-nos falta em muitos momentos de nossa Casa, em postos e na ONU. Recordo-me do trato polido do amigo "marisco", do meio sorriso com que definia homens e situações, do gosto pela boa conversação, nas horas em que as idéias geradas pela inteligência aguda e pela cultura multiforme confirmavam quanto se podia esperar dele. Mesmo partindo cedo, fez muito. A calma de seu estilo meio irônico ainda me faz vê-lo intervindo na conversa com alguns comentários curtos que tinham nuances florentinas. Perdê-lo foi mau para os seus companheiros e para o país. Lembrá-lo é tê-lo diante de nós, com sua sabedoria, sua devoção aos livros e seu amor à verdade. Jamais o esquecerei".

Donatello Grieco

"O que me impressionava muito era a amplitude dele, a extrema inteligência e as coisas que ele dizia. Nós trabalhamos juntos, mas nos encontrávamos em sua casa para discutir Dostoievski e Proust e falar de econometria. Era uma pessoa que tinha um domínio quantitativo e, ao mesmo tempo, um domínio estético, o que é raro".

Marcilio Marques Moreira

NOTAS

1. Processo de confirmação dos funcionários da classe "J", Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 23 de outubro de 1942 (maço pessoal do embaixador Dias Carneiro, no Arquivo Histórico do Itamaraty].
2. Érico Veríssimo, *A volta do gato preto*, p.266.
3. Mario Gibson Barboza, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, p.26-27
4. Entrevista realizada com Helio Jaguaribe, em 18/08/2004.
5. Roberto Campos, *A lanterna na popa*, p. 664-665.
6. José Marcelino Gonçalves Netto, "Com a morte de Dias Carneiro, desaparece um sábio", in *Scripta*, junho de 1968.
7. Discurso do paraninfo da turma de formandos de 1988, do Instituto Rio Branco.
8. Discurso pronunciado por sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Doutor Roberto de Abreu Sodré, ao ensejo da cerimônia comemorativa do Dia do Diplomata.
9. Carta de Fernando Lobo ao embaixador do Brasil em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, datada de 5 de setembro de 1946 (maço do embaixador Dias Carneiro).

10. Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, p.7-8.
11. Eduardo Carlos Scaletsky, *Dois projetos para o Brasil 1945-1954: uma análise dos projetos da Missão Abbink, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto BNDE-CEPAL*.
12. Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, p.442-443.
13. Idem, p.449.
14. Idem, p.449.
15. Octávio A. Dias Carneiro, "Introdução do desenvolvimento econômico", in *Digesto Econômico*, mar.-abr. de 1955, p.122.
16. Entrevista realizada com Jayme Magrassi de Sá, em 30/08/2004.
17. Carta de Octávio Augusto Dias Carneiro, datada de 30 de junho de 1953 e enviada ao diretor superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, J.S. Maciel (Arquivo histórico do BNDE).
18. Tarifa *ad valorem* é a que é determinada conforme o valor da mercadoria importada e não pelo seu volume, peso, espécie ou quantidade.
19. Os produtos de base, produtos básicos ou produtos primários são hoje mais conhecidos pelo termo em inglês *commodities*.

20. Entrevista realizada com Joaquim Ferreira Mângia, em 05/07/2004.
21. Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro.
22. O. A. Dias Carneiro, *Aspectos econômicos do aproveitamento industrial da energia atômica*, p.50.
23. Idem, p.55.
24. Idem, p.60.
25. O. A. Dias Carneiro, "A teoria econômica da eletricidade nuclear", in *Revista do Conselho Nacional de Economia*, jan.-fev. 1958, p.21.
26. O. A. Dias Carneiro, "Eletricidade nuclear e desenvolvimento econômico", in *Revista do Conselho Nacional de Economia*, mar.-abr. 1959, p.159.
27. Antonio Dias Leite, *A energia do Brasil*, p.142-143.
28. "Efeitos da 239: maior exportação e moralização do mercado cambial", in *Diário de São Paulo*, 24/04/63.
29. Adalgisa Nery, "Retrato sem retoque: SUMOC de parabéns", in *Última Hora*, 17/07/63.
30. Octávio A. Dias Carneiro, *A study of the theory of international economic organization*, p.2.
Tradução minha: "Internamente, um conflito de aplicabilidade da lei é resolvido pela interpretação legal e pela coerção, mas como a autoridade normativa das organizações econômicas internacionais

está mais baseada na evidência da necessidade da cooperação internacional do que num poder coercitivo ou numa capacidade interpretativa que não possuem, tanto a sua eficácia quanto a sua adequação dependem da habilidade ou da vontade de os países membros implementarem, em termos nacionais, recomendações específicas emitidas pelas organizações. Apesar de a observância da norma ser tecnicamente, e até sinceramente, garantida com a ratificação, pelos Governos, dos termos do acordo, uma recomendação específica da organização pode não ser sempre aplicada internamente pelo país membro, se não estiver em conformidade com a ideologia econômica nacional do país em questão".

31. Idem, p.177. Tradução minha: "um cálculo com uma interpretação ética".

32. Idem, p.178. Tradução minha: "Se o objetivo da ação econômica é maximizar a satisfação individual (minimizar a insatisfação individual), o bem-estar é o que aumenta (diminui) sempre que um ou mais indivíduos fica(m) mais (menos) satisfeito(s), sem que quaisquer outros indivíduos fiquem menos (mais) satisfeitos; de forma semelhante, se o objetivo da ação econômica é maximizar a produção (minimizar os insumos), o bem-estar aumenta (diminui), ficando constantes outros produtos e insumos, ou quando menos (mais) de qualquer insumo é gasto para obter

os mesmos valores de todos os outros insumos e produtos. Essas normas definem o que, às vezes, é chamado de justiça num sistema econômico específico".

33. Idem, p.179. Tradução minha: "Se uma agência econômica internacional pudesse coletar renda o bastante dos países cujo bem-estar econômico tivesse aumentado graças à variação na renda nacional, sem que qualquer um deles ficasse pior do que estaria se o aumento do bem-estar não tivesse ocorrido, a fim de compensar totalmente esses países prejudicados pela variação no exterior, deixando-os tão bem quanto estariam se não tivesse havido tal variação, e reter um excedente, poderia, ao distribuir esse excedente, aumentar o bem-estar mundial".

34. Idem, p.187. Tradução minha: "Se não se chegar a um acordo mundial satisfatório entre países que busquem adotar políticas de pleno emprego e países que busquem alcançar esquemas de distribuição ótimos, e já que é improvável que o multilateralismo não planejado compense com lucros os prejuízos decorrentes da recorrência de flutuações, os países tenderão ou para o isolacionismo com maiores mutilações da divisão internacional do trabalho ou para uma política consciente de regionalismo de blocos. Uma regra, então, pode ser formulada: quanto maior o bloco, menor será o prejuízo de determinar

previamente o aumento potencial em bem-estar a ser derivado da especialização internacional do esforço econômico. Países pequenos e pobres provavelmente serão os oponentes mais veementes do multilateralismo não planejado e tenderão a formar coalizões para enfrentar o caráter altamente imperfeito dos mercados internacionais para produtos manufaturados".

35. Carta de Raúl Prebisch ao embaixador Dias Carneiro, datada de 05/11/65. Tradução minha: "Gostaria de expressar o meu profundo reconhecimento pela sua contribuição às reuniões do Grupo de Peritos em Questões Monetárias Internacionais. Estou certo que o relatório do grupo marca um importante estágio nas discussões que levarão a uma reforma do sistema monetário internacional e que terá um efeito muito salutar sobre essas discussões. Sinto muito não ter sido possível deixar a reunião do Conselho de Comércio e Desenvolvimento, que coincidiu com a última reunião do grupo de peritos. Gostaria muito de ter podido me despedir do grupo e lhe agradecer pessoalmente, mas espero que esta carta transmita meus melhores votos e gratidão".

BIBLIOGRAFIA

- BARBOZA, Mario Gibson. (2002) *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª ed. rev. e amp.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (1988) *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- CABRAL, Sérgio. (1994) "Esses desconhecidos: os tipos inesquecíveis que dão nome às escolas". *Revista Veja Rio*, 2 de novembro de 1994. São Paulo: Abril.
- CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CARNEIRO, Octávio A. Dias. (1955) *Aspectos econômicos do aproveitamento industrial da energia atômica*. Rio de Janeiro: BNDE, 1º Estudo.
- CARNEIRO, Octávio A. Dias. (1951) *A study of the theory of international economic organization*. Cambridge, Massachusetts, Ph.D. Thesis, Massachusetts Institute of Technology, Department of Economics and Social Science.
- CARNEIRO, Octávio A. Dias. (1958) "A teoria econômica da eletricidade nuclear". *Revista do Conselho Nacional de Economia*, jan.-fev. 1958.

- CARNEIRO, Octávio A. Dias. (1959) "Eletricidade nuclear e desenvolvimento econômico". *Revista do Conselho Nacional de Economia*, mar.-abr. 1959.
- CARNEIRO, Octávio A. Dias. (1955) "Introdução ao desenvolvimento econômico". *Digesto Econômico*, mar-abr. 1955. São Paulo.
- GONÇALVES NETTO, José Marcelino. (1968) "Com a morte de Dias Carneiro, desaparece um sábio". *Revista Scripta*, n. 23. Niterói.
- LEITE, Antonio Dias. (1997) *A energia do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª reimp.
- SCALETSKY, Eduardo Carlos. (1988) *Dois projetos para o Brasil 1945-1954: uma análise dos projetos da Missão Abbink, da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Grupo Misto BNDE-CEPAL*. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Pós-Graduação em Economia, tese.
- SKIDMORE, Thomas. (1982) *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 8ª ed.
- VERÍSSIMO, Érico. (1948) *A volta do gato preto*. Porto Alegre: Globo.